CRISE DO CAPITAL, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DISPUTAS HEGEMÔNICAS: a contemporaneidade brasileira nos circuitos do ajuste dependente ao capitalismo financeirizado

Alba Maria Pinho de Carvalho (Coordenadora)[1]
Carlos Américo Leite Moreira[2]
Leila Maria Passos de Souza Bezerra[3]

RESUMO

A proposta de Mesa Temática Coordenada circunscreve discussões sobre o capitalismo contemporâneo, com foco em sua crise estrutural, contemplando suas dinâmicas geopolíticas de deslocamentos, a implicar em regressão civilizatória. Circunscreve mudanças nos padrões de acumulação e de valorização do capital, demarcando contradições fundantes, materializadas no aprofundamento das apartações, desigualdades e precarização da vida. Discute a pandemia do coronavírus como elemento detonador do agravamento da crise do capital, a determinar mudanças na economia, na política e na cultura, atingindo dimensões estruturais e modos de vida no cotidiano. Analisa, especificamente, a contemporaneidade brasileira, privilegiando o modelo de ajuste do país ao capitalismo financeirizado, com destaque para as novas formas de dependência e de subordinação, nos circuitos da crise e do confronto de forças que perpassam o Estado e a sociedade. Enfoca o Brasil do presente, a partir do Golpe de 2016, desvendando o bolsonarismo como fenômeno político de dominância das direitas, na articulação de ultraliberalismo depoente, militarismo autoritário e reacionarismo político e cultural. Nas discussões sobre a ofensiva do capital, reflete acerca das reconfigurações do mundo do trabalho expressas nas diversas formas de superexploração e precarização estrutural, a penalizar trabalhadores e trabalhadoras. Avalia as disputas hegemônicas emergentes na sociedade civil brasileira, delineando as múltiplas expressões do confronto entre as forças do capital e do trabalho, mediadas por diferentes marcadores sociais como classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e inserção socioespacial.

[1]Universidade Federal do Ceará, Doutora em Sociologia, albapcarvalho@gmail.com.
[2] Universidade Federal do Ceará. Doutor em Economia. E-mail. americo@ufc.br
[3] Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Sociologia. E-mail: elianacostaguerra@gmail.com

A crise econômica mundial e o rebatimento no modelo rentista/neoextrativista brasileiro: alguns elementos de reflexão

Carlos Américo Leite Moreira[4]

RESUMO:

O artigo traz alguns elementos de reflexão sobre o impacto da crise econômica mundial sobre o modelo rentista/neoextrativista no Brasil. O seu objetivo e mostrar como esse processo de captação e reciclagem da mais-valia pelo capital financeiro se apresenta no caso brasileiro nesse contexto de crise sistêmica. O que fica cada vez mais evidente é a consolidação de um projeto neoliberal *a outrance,* que fragiliza de forma inconteste a capacidade de intervenção do Estado na área social, enquanto o mercado financeiro e as forças do capital seguem sua dinâmica de expropriação e de obtenção de lucros exorbitantes.

PALAVRAS-CHAVES:
Modelo rentista/neoextrativista, Crise Sistêmica do Capital, Financeirização, Estado ajustador

ABSTRACT:
The article brings some elements for reflection on the impact of the global economic crisis on the rentist/neo-extractive model in Brazil. Its objective is to show how this process of capturing and recycling surplus value by financial capital is presented in the Brazilian case in this context of systemic crisis. What is increasingly evident is the consolidation of an outrage neoliberal project, which unquestionably weakens the State's capacity for intervention in the social area, while the financial market and the forces of capital follow their dynamics of expropriation and obtaining exorbitant profits.

KEYWORDS:
Rentist/neo-extractivist model, Systemic Capital Crisis, Financialization, Adjusting State

Em uma publicação intitulada “Finance Capital Today”, François Chesnais (2017) considera que a crise econômica atual e uma crise de superprodução e sobreacumulação agravada por uma queda da taxa de lucro. Na avaliação do autor, essa crise já estava em gestação desde a segunda metade dos anos noventa, porém

[4] Universidade Federal do Ceará. Doutor em Economia. E-mail. americo@ufc.br

seu aprofundamento foi adiado em função da forte expansão do crédito e da plena incorporação da China na economia mundial.

Além da queda na taxa de lucro, o autor pontua que a crise resulta de um problema de realização, já que as condições macroeconômicas que determinam a correlação de forças entre o capital e o trabalho impedem a realização da totalidade da mais-valia produzida em escala mundial.

Nessa dinâmica, François Chesnais concorda com a tese de Williams e Kliman (2014) de que os investimentos das empresas não caíram em função da indisponibilidade de recursos nos mercados financeiros, ou em razão da mudança na repartição do lucro entre lucros retidos (e reinvestidos) e dividendos. Na verdade, o recuo do investimento produtivo decorre da queda na taxa de lucro e da retração dos investimentos rentáveis.

Na medida em que os investimentos produtivos se tornam cada vez menos atrativos, as empresas procurarão, por meio dos seus departamentos financeiros, formas alternativas de valorização dos seus lucros no mercado financeiro.

Portanto, enfatiza o autor, “como o montante de mais-valia decresce, apesar do aumento da taxa de exploração ... a financeirização se aprofunda de maneira cumulativa com as inovações financeiras e o desenvolvimento do capital fictício nas suas formas contemporâneas (p.18).

Nesse contexto, por que a crise persiste? A tese central do autor consiste a afirmar que o processo de financeirização equivale a uma inflação de direto de saque potencial sobre a mais-valia atual e futura. Porém, esses direitos excedem a capacidade do sistema de produzir mais-valia. Considerando a impossibilidade de a distribuição de mais-valia exceder sua produção, uma parte do capital fictício deveria ser desvalorizado. Entretanto, as políticas econômicas visam contrariamente garantir a expansão do capital fictício. Esse fato afeta substancialmente na dinâmica do capitalismo, mantendo-o em uma trajetória persistente de baixo crescimento.

Portanto, a finança constitui-se em uma enorme máquina de captação e reciclagem de mais-valia produzida pela exploração da mão-de-obra. Nessa perspectiva, o autor formula a seguinte pergunta em um artigo recente publicado no site A l'encontre (2017) intitulado "Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables?": a crise econômica mundial de 2007-2008 poderia simplesmente ser vista como uma grande crise do capitalismo ainda capaz de se abrir uma nova longa fase de reprodução ampliada do capital em escala mundial ou ao contrário seria o início de um momento histórico onde o capitalismo encontraria limites sistêmicos intransponíveis?

A tese do autor sugere que a crise atual é intransponível na medida em que combina a crise climática com a crise do capital. Ou seja, a automação e o meio ambiente constituem-se barreiras estruturais a reprodução do capital.

Analisando especificamente quem são os perdedores dessa crise atual do capitalismo, Michel Housson argumenta que essa crise afeta sobretudo as vítimas das políticas de austeridade. Como essa dinâmica se observa? Na visão do autor, o esgotamento dos ganhos de produtividade no setor produtivo significa igualmente uma perda de dinamismo do capitalismo. A manutenção ou aumento da taxa de lucro exige uma redução cada vez maior do custo do trabalho. Isso significa não somente moderação salarial, mas também recuo do Estado social. Ou seja, a saída para a crise passa necessariamente pelo aumento da regressão social. O sistema capitalista não teria mais nada a oferecer para se legitimar. É nessa perspectiva que Housson considera essa crise tem uma dimensão sistêmica, tendo sua origem nas relações de produção capitalistas. Restabelecer a taxa de lucro sobre novas bases significaria conter o ímpeto do capital financeiro.

Como esse processo de captação e reciclagem da mais-valia pelo capital financeiro se apresenta no caso brasileiro nesse contexto de crise mundial?

O cenário de crise tem afetado de forma significativa as bases do modelo rentista/neoextrativista no Brasil. De fato, a inserção/consolidação da economia do País no capitalismo financeirizado, nas últimas três décadas, decorreu do processo de abertura comercial e financeira, bem como das políticas ortodoxas monetárias e fiscais, visando a estabilidade da economia. Adicionalmente, as reformas estruturais, ocorridas no sistema financeiro, garantem benefícios e concessões tributárias ao capital rentista, sendo igualmente decisivas nesse movimento de transformação do Brasil em plataforma de valorização do capital financeiro (AMÉRICO MOREIRA & SHERER, 2002; PAULANI, 2012; SALAMA, 2011).

O aumento do poder da finança no Brasil resulta, em grande parte, da crise do modelo de industrialização fundado no voluntarismo estatal. As crises sistemáticas ocorridas no Brasil e que tem sua origem ligada a própria lógica do processo de financeirização revelaram a instabilidade recorrente atrás das boas performances obtidas no que se refere a estabilidade monetária. Essas crises exprimem contradições de uma lógica liberal levada ao seu extremo.

A lógica da política de estabilização, baseada no crescimento substancial das taxas de juros reais, foi crucial para a apreciação da moeda nacional. A combinação de juros altos e câmbio apreciado foi determinante para afirmação do modelo rentista/neoextrativista na medida em que se consolidou um padrão de especialização exportador baseado em commodities metálicas e agrícolas já na década de noventa. O processo de regressão qualitativa da inserção do Brasil reflete a perda de competitividade da indústria brasileira assim como uma transformação do comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações.

A expansão das vendas internacionais de produtos primários engendrou uma forte entrada de moeda estrangeira, levando a um aumento da oferta no mercado de câmbio e provocando um processo de apreciação cambial do Real. Portanto, esse fenômeno contribuiu, juntamente com o patamar elevado das taxas de juros, para a apreciação da moeda nacional (AMERICO MOREIRA & SEBAG, 2014).

Essa dinâmica comprometeu o peso do setor industrial no produto interno bruto, levando a um processo de desindustrialização. A inoperância da política industrial e a abertura comercial indiscriminada também exerceram papel decisivo para esse movimento de desindustrialização.

O duplo processo de desindustrialização/reprimarização não está associado no Brasil não está associado a ausência de dinamismo do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado doméstico ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Entre 2003 e 2014, observou-se uma política de valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma expansão do crédito a pessoas físicas.

A existência de uma demanda interna crescente foi o grande trunfo da economia brasileiro no contexto da crise financeira mundial que se intensificou no final de 2008. De fato, diante desse cenário de lenta recuperação dos países avançados, economias emergentes, como a brasileira, continuavam registrando crescimento superior ao da média mundial. Vale destacar que o dinamismo da demanda interna se beneficiou, em grande parte, das políticas expansionistas nos âmbitos fiscal e monetário. No caso brasileiro, isso se evidenciou tanto pela expansão e facilitação do crédito ao consumidor como pela ampliação dos prazos de financiamento, em especial para mercadorias de consumo durável, atuando como uma espécie de mecanismo “compensatório” das altas taxas de juros de mercado.

Entretanto o crescimento econômico, paradoxalmente, parece intensificar o processo de fragilidade financeira da economia brasileira, acentuando seus desequilíbrios macroeconômicos através de dois processos. O primeiro está associado à continuidade da expansão da dívida interna pública brasileira, em função da manutenção de taxas de juros reais em níveis extremamente elevados.

> O segundo está relacionado com o aumento da vulnerabilidade externa. A sobrevalorização da moeda nacional, resultante, em parte, das políticas de juros reais elevados, tem gerado um influxo externo de capital especulativo, alimentador da oferta interna de dólares. Tal situação vem prejudicando o desempenho das contas de transações

> correntes, ampliando, em alguns segmentos, o processo de substituição da produção local por importações em curso (AMÉRICO MOREIRA & TAVARES, 2013).

Um dos fatores determinantes para a crise econômica da economia brasileira iniciada em 2015 está relacionada à reversão do ciclo de alta das comodities metálicas e agrícolas. O modelo econômico brasileiro está fortemente apoiado nas vendas internacionais, sobretudo de seus produtos de base agrícola e mineral. Essa estratégia foi realizada em detrimento do fortalecimento da estrutura industrial. O recuo do crescimento chinês e a queda dos preços das matérias primas afetaram substancialmente as bases do modelo rentista/neoextrativista brasileiro.

Nesse contexto, o recuo das despesas sociais acompanhou a deterioração das receitas fiscais, colocando em xeque o modelo social dos governos Lula e Dilma. As medidas liberais implementadas no início do segundo mandato do governo Dilma somente agravaram a conjuntura socioeconômica.

Nos governos Temer e Bolsonaro, essa lógica liberal se intensifica, agravando sobremaneira a crise e descontruindo todas as conquistas sociais do período de 2003 a 2014. Por outro lado, as reformas econômicas implementadas atendem os interesses do capital financeiro. A lógica visa assegurar aos detentores do capital financeiro rendimentos elevados. Nessa perspectiva, a manutenção de taxas de juros reais elevadas e as medidas estabelecendo um teto para as despesas não financeiras caracterizam as restrições impostas ao Estado pelo capital rentista. Ademais, as reformas trabalhista e previdenciária contribuem significativamente para o aumento da desigualdade e da pobreza. Nesse cenário, a adoção de políticas públicas que favoreçam a retomada do investimento, da produção e do emprego ficam completamente bloqueadas (AMÉRICO MOREIRA & SEBAG, 2016).

> Portanto, fica a constatação que a consolidação de uma lógica ultraliberal nos últimos seis anos no brasil propicia o domínio das forças do capital, notadamente, daquelas ligadas à financeirização, em detrimento das demandas e necessidades da maioria trabalhadora, fragilizada como força social, com organizações sindicais esvaziadas e, em certa medida, deslegitimadas, sofrendo violento ataque do Estado ajustador. Por sua vez, os movimentos sociais enfrentam

> dificuldades de articular mobilizações capazes de se contrapor às políticas de ajuste e de austeridade. Nessa dinâmica, a lógica do Estado Ajustador está associada à redução substancial do gasto público produtivo e social. E, ademais, crescem as despesas financeiras em função do aumento da dívida pública. Portanto, a política fiscal revela-se claramente regressiva e seus sucessivos ajustes inviabilizam, por completo, a implementação de políticas públicas compensatórias para atender à situação de desemprego e de vulnerabilidade social de segmentos crescentes da população. (CARVALHO, GUERRA & AMÉRICO MOREIRA, 2021, p.5-6).

A Afirmação desse projeto ultraliberal acaba por fragilizar as intervenções do Estado no campo econômico, em termos de infraestrutura, ciência e tecnologia e, no campo social, no âmbito de políticas públicas de reconhecimento de direitos. Efetiva-se, de fato, o desmonte da nação brasileira.

Este cenário agrava-se com a crise sanitária, decorrente da pandemia do Covid-19, com crescimento exponencial dos problemas sociais, enquanto o mercado financeiro e as forças do capital seguem sua dinâmica de expropriação e de obtenção de lucros exorbitantes.

REFERÊNCIAS

ANDREW Kliman & WILLIAMS, Shanon D,. Why “financialisation” hasn’t depressed US productive investment. Cambridge Journal of Economics, 39 (1), 2014.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emanuel. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Niterói, n. 38, jun. 2014, p. 89-106.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emanuel. Le Partenariat transpacifique et le futur du commerce bilatéral Brésil-Chine. Revue Études Internationales, v.8, n. 3-4.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos & ALMEIDA, Agamenom Tavares. A dinâmica recente do investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil e impactos sobre a conta de transações correntes. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.41, nº1 2013.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; FORTI SHERER, André Luís. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 30, nº1, 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana; AMÉRICO MOREIRA, Carlos. Hegemonia e Crise de Hegemonia na relação Estado/Sociedade Civil: vias analíticas para pensar o poder. No prelo.

CHESNAIS, François. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slumps. Chicago: haymarketbooks, 2017.

CHESNAIS, François. Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables? A l'encontre, fevereiro de 2017.

HOUSSON, Michel. Une crise systémique qui plonge ses racines dans les rapports de production capitalistes. A l'encontre, maio de 2017.

PAULANI, Leda. A dependência redobrada. Le Monde Diplomatique, 03 de agosto de 2012.

SALAMA, Pierre. Industrialisation et "desindustrialisation precoce". Paris, Seminaire BRICS, 17 octobre 2011.

BRASIL CONTEMPORÂNEO E NOVOS PADRÕES DE DEPENDÊNCIA NO ÂMBITO DO MODELO DE AJUSTE RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA: Crise, Bolsonarismo e Tragédias Brasileiras

Alba Maria Pinho de Carvalho[5]

RESUMO:

A análise, consubstanciada nesse texto, está circunscrita à contemporaneidade brasileira, na confluência da democratização e do ajuste ao capitalismo financeirizado. Defende-se a tese de que um novo momento do capitalismo com dominância financeira, o Brasil, desde os anos 1990, redefine e agrava suas formas de dependência, atualizando este signo histórico. Delineia o modelo rentista-neoextrativista, fincado na financeirização dependente e na produção de commodities agrícolas e minerais, em processo de acumulação por espoliação. Enfatiza o Brasil do presente destacando o bolsonarismo como fenômeno sociopolítico de dominância das direitas. Busca adentrar nas tessituras do bolsonarismo fundado no intercruzamento das direitas que se mobilizam na sociedade civil e no interior do Estado: direita de orientação neoliberal; direita fincada no fundamentalismo religioso e na intolerância; direita advinda do militarismo. Ao longo da análise busca-se delinear os graves dilemas do Brasil contemporâneo nesse limiar da terceira década do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: democratização; financeirização; dependência; rentismo; neoextrativismo.

ABSTRACT:

The analysis, embodied in this text, is limited to the Brazilian contemporaneity, at the confluence of democratization and adjustment to financial capitalism. The thesis is defended that a new moment of capitalism with financial dominance, Brazil, since the 1990s, redefines and worsens its forms of dependence, updating this historical sign. It outlines the rentist-neo-extractivist model, rooted in dependent financialization and the production of agricultural and mineral commodities, in a process of accumulation by dispossession. It emphasizes the Brazil of the present, highlighting the “pocketnarismo” as a sociopolitical phenomenon of dominance of the right. It seeks to enter into the fabric of pocketnarism founded on the intersection of rights that mobilize in civil society and in the interior of the State: neoliberal-oriented right; right rooted in religious fundamentalism and intolerance; right arising from militarism. Throughout the analysis, we seek to delineate the serious dilemmas of contemporary Brazil in this threshold of the third decade of the 21st century.

KEYWORDS: democratization; financialization; dependency; renting; neoextractivism.

[5] Universidade Federal do Ceará, Doutora em Sociologia, albapcarvalho@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO: Delineando marcos analíticos

A análise, consubstanciada nesse texto, está circunscrita à contemporaneidade brasileira, a exigir, de início, uma demarcação primeira sobre o período da história brasileira em discussão. Ao longo das investigações empreendidas nas duas primeiras décadas do século XXI (CARVALHO, 2010; CARVALHO, 2018; CARVALHO *et al*, 2018; CARVALHO, 2019), demarco o Brasil Contemporâneo como um tempo histórico configurado a partir da confluência complexa e contraditória de dois marcos estruturantes na vida brasileira: a democratização e o ajuste estrutural à ordem do capital mundializado, em tempos de financeirização da economia. De fato, nas duas últimas décadas do século XX e nas duas primeiras do século XXI – vivencia-se o limiar da terceira – a tessitura da vida brasileira é estruturalmente marcada por dois processos que, a partir de 1990, confluem, de forma contraditória, com distintas perspectivas sociopolíticas: a democratização, com ápice na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a ampliar o Estado brasileiro pela vida da política, construindo o Estado Democrático de Direito; a experiência tardia, intensiva e dependente de ajuste ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de expansão do capitalismo financeirizado, na constituição de um Estado Ajustador, a limitar e enfraquecer a democracia brasileira.

Ao adentrar na contextura da contemporaneidade brasileira, delineiam-se dimensões econômicas, políticas e culturais peculiares da dinâmica da civilização do capital no país, nos últimos quarenta anos, tomando como marco a década de 1980, com o *debacle* da ditadura civil-militar de 1964. Em meio à dinâmica histórica, reconfigura-se e agrava-se a marca estrutural da dependência, decorrente da própria divisão internacional do trabalho que atinge a periferia do sistema. Em verdade, seguindo as trilhas de Ruy Mauro Marini, na Teoria Marxista da Dependência - TMD[6],

[6] A Teoria Marxista da Dependência – TMD – constitui-se a partir de meados da década de 1960, visando desvendar a particularidade do capitalismo dependente nos processos de expansão do capital. Funda-se na teoria marxista, movimentando a trama categorial marxiana, apoiada nas teses clássicas do imperialismo acerca da formação e do desenvolvimento do capitalismo como economia mundial. Tem como fundadores os pesquisadores brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirro e Theotônio dos Santos. Analistas destacam, de forma recorrente, o desconhecimento, por décadas, no Brasil, da teoria marxista da dependência, circunscrevendo um verdadeiro exílio intelectual da autora e dos

o Brasil, como país periférico no contexto da América Latina, no século XX, é expropriado pelos países centrais, mediante um intercâmbio desigual nas transferências de valor, a implicar em superexploração da força de trabalho no contexto brasileiro, desenvolvendo formas peculiares de acumulação do capital, a caracterizar-se como uma acumulação dependente (*ibidem*).

A tese, aqui defendida, a constituir o fio condutor de toda a análise da contemporaneidade brasileira, é que, no novo momento do capitalismo de dominância financeira, em coadunância com uma nova fase do imperialismo (AMARAL; PAULANI, 2017), o Brasil, tardia e intensivamente, desde os anos 1990 até o presente (final de agosto de 2021), no seu processo de ajuste ao sistema do capital financeirizado, nos últimos trinta anos, redefine e agrava suas formas de dependência. Compartilho a configuração síntese, cunhada por Leda Paulani, em 2012, ao referir-se aos processos da inserção brasileira no sistema do capital financeirizado: “dependência redobrada” (PAULANI, 2012).

No esforço de desvendar essa “dependência redobrada brasileira”, incido o **foco de análise** no modelo de ajuste em seus diferentes ciclos (CARVALHO; GUERRA, 2015, 2016; CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018). De fato, nos diferentes governos brasileiros de implementação do modelo de ajuste ao capitalismo financeirizado, agrava-se a dependência brasileira, pelas vias da financeirização e da desindustrialização | reprimarização da pauta de exportações.

Assim, consolida-se o modelo rentista-neoextrativista, em uma composição orgânica entre o rentismo e o capital vinculado ao neoextrativismo do agronegócio e da mineração que, de fato, concretiza a acumulação dependente e subordinada do capital nos circuitos brasileiros. É a versão própria do Brasil de um modelo geral de ajuste da periferia que se desenvolve, nos diferentes países latino-americanos, com configurações específicas. Logo, é preciso atentar para as particularidades do

---

autores associado a essa perspectiva. A partir dos anos 2000, um movimento coletivo de autores e autoras vem se desenvolvendo no Brasil para retomar a TMD, em sua fecundidade analítica, a constituir um dos mais rigorosos campos de estudos sobre a contemporaneidade. Assim, dentre os continuadores da Teoria Marxista da Dependência destacam-se: Mathias Seibel Luce, Niemeyer Almeida Filho, Jaime Osório, Marisa Silva Amaral, Leda Paulani, dentre outros. (CARVALHO, GUERRA, RODRIGUES JÚNIOR, 2021).

desenvolvimento desse modelo nos distintos países, especificamente naqueles dirigidos pelos chamados governos progressistas – especialmente a Venezuela e a Bolívia – que buscaram, de diferentes formas, construir frentes de luta por autonomia e soberania, com limites efetivos e reais. A rigor, determinados países desenvolveram alternativas de produção, transferência de tecnologias e inovação, mesmo nos marcos do modelo rentista neo-extrativista.

No Brasil, este modelo é desenvolvido dentro da ortodoxia neoliberal, com inflexões nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff. Com o golpe de 2016[7], fincado no chão histórico da crise brasileira, delineiam-se novos ciclos de ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, nos marcos do Governo Temer (2016 – 2018) e do Bolsonarismo, deflagrado em 2019 até a presente data (final de agosto de 2021). De fato, são ciclos que materializam uma nova versão do modelo de ajuste rentista neo-extrativista de caráter ultraliberal, voltado inteiramente para o ajuste fiscal e as chamadas políticas de austeridade, com base em uma intensa e violenta superexploração da força de trabalho e um recrudescimento da pobreza, atingindo, fortemente, as populações que habitam ás margens da sociedade (CARVALHO, 2020).

2. PADRÃO DE AJUSTE BRASILEIRO AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO: Formas Contemporâneas de Dependência

A partir dos anos 70, do século XX, mais precisamente, 1970, o sistema capitalista de produção passa a apresentar transformações substanciais em sua estrutura de funcionamento, passando a transitar para outro momento de sua história,

[7] O Golpe de 2016 é um golpe de Estado, construído, de forma processual, pelas forças do capital com setores conservadores da sociedade, no Brasil, na segunda década do século XXI, a culminar com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e com o consequente assumir do vice-presidente, Michel Temer, em conluio com as forças golpistas. Trata-se de um golpe de Estado, urdido na contemporaneidade com peculiares configurações, constituindo uma estratégia das forças de direita, vinculadas a diferentes segmentos do capital, sobretudo internacionais, no contexto da América Latina. A trama golpista consiste em depor presidentes eleitos, por meio de dispositivos legais, manipulados e instrumentalizados por parlamentares, juízes e por oligarquias empresariais e financeiras, conseguindo que um parlamento conservador coeso acate acusações sem respaldo legal, apenas como pretexto político, forjando uma pseudo-legalidade (CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018).

assumindo, como traço distintivo essencial, o exacerbado aumento de importância do capital financeiro e fictício, com suas formas fictícias de valorização do capital. Marcada pela chamada financeirização, a dinâmica econômica do capitalismo passou a se dar, cada vez mais, sob os auspícios e os imperativos do capital financeiro, ou seja, a finança passou a dominar o processo de acumulação como um todo, significando uma profunda alteração na forma de relação entre produção e finança (AMARAL; PAULANI, --; PAULANI, 2012).

De fato, constitui-se um novo momento do capitalismo, com novas formas de acumulação e valorização que François Chesnais (2003) cunhou como “mundialização com dominância financeira”. Leda Paulani e Marisa Amaral (2013) vislumbram “uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo” (AMARAL; PAULANI, 2013, p.1). Tais transformações do sistema do capital na contemporaneidade repercutem na divisão internacional do trabalho, no plano mais geral da acumulação mundial, a impor diferentes formas de inserção dos países centrais e periféricos, ou seja, diferentes padrões de ajuste.

É importante considerar que, no plano mundial, efetivou-se que Filgueiras (2018) configura como o casamento político-prático entre o neoliberalismo e o capital financeiro (uma espécie de afinidade eletiva), que deu origem à um “programa político-econômico que pode ser resumido pelas seguintes características: privatizações, desregulamentação e liberalização” (FILGUEIRAS, 2018, p. 527-528). A rigor, é este um programa básico de ajuste ao capitalismo financeirizado sob a égide do neoliberalismo, posto em prática de acordo com as especificidades das distintas formações sociais, singularizadas, sobretudo, pela condição de centro ou periferia (FILGUEIRAS, 2018).

No caso específico do Brasil, constituinte da periferia do sistema do capital Leda Paulani analisa que o país, na condição de país devedor para financiar os investimentos do segundo PND – plano de desenvolvimento adotado pelo governo Geisel, na ditadura civil-militar – e da sua consequente matriz tecnológica, vivenciou uma primeira forma de inserção passiva no capitalismo financeirizado, tornando-se “uma das maiores vítimas da primeira fase do processo de financeirização, quando as

finanças foram primordialmente intermediadas e o capital financeiro foi majoritariamente o capital bancário" (PAULANI, 2012, p. 5). Explica Paulani:

> Como os investimentos do segundo PND tinham se tornado possíveis graças ao endividamento externo em contratos estabelecidos a taxas flutuantes, a brutal elevação dos juros internacionais ao final dos anos 1970, patrocinada pelo banco central norte-americano num golpe destinado a resgatar a posição hegemônica do dólar, atingiu em cheio a economia brasileira, minando qualquer possibilidade de uma definitiva ascenção do país ao grupo das nações desenvolvidas. (PAULANI, 2002, p. 5)

Assim, o Brasil, mais uma vez, paga um alto ônus por sua dependência dos países centrais, justamente, em uma investida para garantir autonomia e soberania como único país da América Latina a internalizar a matriz tecnológica, feita de forma extemporânea quando o capitalismo já vivenciava a financeirização da economia.

A partir dos anos 1990, esta inserção passiva do Brasil no capitalismo financeirizado foi substituída por uma inserção ativa e dependente, ao assumir, de modo tardio e intensivo, a agenda do Consenso de Washington[8], estabelecida para o ajuste dos países periféricos e devedores, em uma forma contemporânea de dependência. A rigor, seguindo os ditames da agenda de *Wall Street*, o Brasil, na busca da falácia de transformar-se em potência financeira emergente, efetiva "a abertura financeira desbragada, a internacionalização do mercado de títulos de dívida, a adoção de políticas monetária e fiscal extremamente rígidas e o estabelecimento de taxas de juros descabidamente elevadas" (PAULANI, 2012, p. 6).

O assumir dessa agenda de ajuste teve consequências nefastas na inserção brasileira ao capitalimo financeirizado, na medida que levou à desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações, desmontando o seu parque industrial, constituído nos anos 1970 | 1980. Desse modo, efetiva-se o retrocesso do Brasil para uma posição periférica clássica de país produtor de *commodities.*

[8] Em uma expressão do imperialismo contemporâneo, os países centrais, reunidos em Washington, com a intermediação do FMI e do Banco Mundial, definem uam pauta que estabelece pilares de inserção dos países dependentes ao capitalismo financeirizado: controle da inflação; privatização de empresas estatais; liberalização e desregulamentação da economia; abertura massiva ao capital estrangeiro; redução das formas de proteção e do direito do trabalho. Indiscutivelmente, essa agenda atende as exigências de expansão, sem limites, do capital financeiro para novos blocos de valorização.

Assim, pensar criticamente a contemporaneidade brasileira exige circunscrever o padrão de ajuste do país ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, delineando novas formas de atualização do signo histórico da dependência. Nesta configuração, um elemento central é o processo de inserção do país nos movimentos de acumulação do capital, em nível mundial, nos últimos trinta anos. Nessa perspectiva, necessário se faz demarcar a dupla via de inserção da experiência brasileira de ajuste: uma inserção ativa e subordinada na acumulação rentista, a configurar um padrão de financeirização dependente da dinâmica do capital rentista nos chamados países centrais que comandam a dominância das finanças, expropriando os países periféricos; uma inserçao internacional periférica e subordinada mediante processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), na produção de *commodities*, sobremodo agrícolas e minerais (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

Essa dupla via de ajuste brasileiro na acumulação do capital, em nível mundial, significa uma dupla dependência. Primeiro, o país transforma-se em uma emergente plataforma internacional de valorização financeira (PAULANI, 2012), com pagamento de juros exorbitantes ao capital especulativo, que nada deixa nos percursos de sua tramitação no contexto brasileiro. A rigor, o Brasil, em um contexto em que as finanças são, agora, primordialmente diretas, em vez de intermediadas, transformou-se em um mercado onde se tornaram possíveis os maiores ganhos do mundo em moeda forte. E Paulani explica essa posição do Brasil de mercado financeiro dependente, “por força da combinação entre taxas de juros elevadas e um persistente processo de apreciação cambial” (PAULANI, 2012, p. 6). A segunda via de dependência brasileira constitui-se pela volta do país à condição de exportador de *commodities* agrícolas e minerais, compradas por países centrais, com destaque para a China, como um centro do capitalismo no Oriente. Cabe ressaltar que essas duas vias de inserção dependente articulam-se e se complementam, “nos complexos processos de composição orgânica do capital, configurando a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista” (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018, p. 20).

Luiz Filgueiras (2018), ao analisar o caso brasileiro de inserção ao capitalismo financeirizado, igualmente enfatiza o aumento da dependência, materializada em múltiplas dimensões:

> A inserção internacional do país na nova divisão internacional do trabalho se alterou para pior, aumentando sua vulnerabilidade externo-estrutural. De um lado, a pauta de exportação do país se reprimarizou, e se aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. Do outro, cresceu dramaticamente sua dependência financeira, com o Estado se fragilizando e reduzindo fortemente sua capacidade de fazer política macroeconômica. Tudo isso decorreu da abertura comercial-financeira que também alimentou a desindustrialização do país e o crescimento da dívida pública – esta, como em outros países periféricos, transformou-se em plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional. (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

Em verdade, essa dupla dependência do ajuste brasileiro, pelas vias da financeirização e da desindustrialização/reprimarização, consubstancia um padrão de acumulação capitalista que se materializa num modelo rentista-neoextrativista, centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riqueza. “Trata-se da intrincada relação entre o rentismo e o neoextrativismo, a reforçar o processo de ‘dependência redobrada’ do Brasil ao capitalismo financeirizado, nos marcos da experiencia brasileira de ajuste” (CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018, p. 21).

Luiz Filgueiras (2018) circunscreve essa acumulação dependente brasileira com uma conceituação peculiar: Padrão Liberal Periférico – PLP, assim configurado:

> O PLP é a forma concreta específica assumida pela mundialização do capital. E o neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, configurado a partir de rupturas fundamentais com relação à estrutura econômico-social anterior própria do Padrão do Substituição de Importações, vigente até então no país, e como resultado das disputas pelas distintas frações de classes de sua burguesia, e entre essas e as classes trabalhadoras. (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

Filgueiras (2018), ademais, enfatiza as repercussões do PLP para acentuar as assimetrias entre capital e trabalho, sempre em favor do capital, “em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial, que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões” (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

No esforço investigativo de destrinchar esse padrão de acumulação capitalista dependente brasileiro, adentrando em suas estranhas, cabe demarcar o que se pode

denominar “ciclos de ajuste”. E, aqui retomo a configuração de Carvalho e Guerra[9], a delinear 7 (sete) ciclos de ajuste, nos últimos 31 (trinta e um) anos da história sociopolítica brasileira contemporânea: ciclo de adesão da agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia (governo Collor de Mello – 1990 a dezembro de 1992); ciclo de estabilização da economia (Itamar Franco – dezembro de 1992 a 1994 – e os dois governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995 a 2002); ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno do consumo de massa (primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2006 – e primeira metade do seu segundo governo – 2007 a 2008); ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo (segunda metade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2008 a 2010 – e primeiro governo Dilma Rousseff – 2011 a 2014); ciclo da retomada da ortodoxia rentista em uma ajuste à direita (segundo governo de Dilma Rousseff – 2015 a 2016 – interrompido pelo impeachment); ciclo de submissão radical ao financismo e desmonte de direitos (governo de Michel Temer – maio de 2016 a 2018); ciclo de acirramento do ultraneoliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural (governo de Jair Bolsonaro – 2019 até hoje –, bolsonarismo).

Filgueiras, em suas produções acadêmicas, também estabelece configurações específicas no âmbito do PLP distinguindo o que denomina de Regime de Políticas Macroeconômicas – RPM, em artigo de 2018, aqui referenciado de forma reiterada. Filgueiras procura estabelecer aproximações e distinções entre os diferentes governos de ajuste brasileiro:

> (...) Do ponto de vista do PLP o caráter dos governos Color, FHC e Temer, de um lado, e dos governos Lula e Dilma de outro, se assemelham – seja promovendo-o ativamente (comportamento dos primeiros), seja aceitando-o como irreversível, no limite do possível, e a ele se adaptando (no caso dos segundos). Contudo, quando se consideram os distintos RPM por eles adotados, esses governos se diferenciam na condução e administração em cada conjuntura desse padrão de desenvolvimento. (FILGUEIRAS, 2018, p. 528).

[9] Em trabalho investigativo permanente, na articulação com Eliana Costa Guerra, publicado processualmente em artigos e capítulos de livros, categorizou-se os ciclos de ajuste desde 1990 até hoje – final de agosto de 2021. É um percurso de pesquisa em aberto acompanhando a história se fazendo. Nesse sentido, são representativas as seguintes produções: CARVALHO, GUERRA (2015); CARVALHO, GUERRA (2016); CARVALHO, MILANEZ E GUERRA (2018).

Nos percursos dependentes do ajuste brasileiro, a viabilizarem o modelo rentista-neoextrativista, cabe um foco específico no chamado Brasil do Presente, aqui entendido como tempo histórico relativo aos últimos 6 (seis) anos, tendo como marco histórico o golpe de 2016, que redefine o bloco de poder no governo, com reconfigurações do estado brasileiro, acirrando o caráter e a natureza do Estado Ajustador[10], em uma perspectiva ultraliberal do Ajuste Fiscal e da políticas de austeridade, em meio ao circuito de desmonte da democracia e um crescente autoritarismo.

Em verdade o golpe de Estado de 2016 está estreitamente vinculado à crise contemporânea brasileira que materializa, entre nós, expressões peculiares da crise estrutural do capital, que permeia a civilização capitalista, em deslocamentos permanentes. O estopim dessa crise é a ruptura do chamado “pacto de classes” que funda os ciclos petistas de ajuste[11]. Em verdade, face à erosão das condições objetivas desse pacto de classe, urdido por privilegiamento dos interesses do capital na viabilização do modelo rentista-neoextratitivista, as elites rompem o pacto, deflagrando, também, uma crise política criando o pretexto legal para o chamado “golpimpeachment”. A crise é o chão histórico do golpe de 2016. E, nos circuitos do golpe e da mobilização da extrema direita na cena política circunscreve-se o Brasil do presente que se caracteriza pela dominância da direita em meio às ofensivas conservadoras contra a democracia. Logo, em uma síntese, pode-se assim caracterizar o Brasil do presente: desmonte de direitos, marcha do autoritarismo, desmanche da democracia, reacionarismo político-cultura e obscurantismo, instabilidades e crise política institucional.

[10] Trata-se do Estado os percursos da inserção do Brasil ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, configurado como um estado que “ajusta e ajusta-se” aos ditames do capital.
[11] Uma análise detalhada desses ciclos encontra-se no artigo de autoria de Alba Maria Pinho e Carvalho e Natan dos Santos Rodrigues Júnior, intitulado “Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo”, publicado pela Revista Em Paula em 2019.

3. BOLSONARISMO NO BRASIL DO PRESENTE: Dominância do Bloco das Direitas e os Graves Dilemas do (Des)Governo no País

Como culminância do Golpe de 2016, a extrema-direita, em conluio com o Judiciário, vence as eleições presidenciais de 2018, fazendo emergir o Bolsonarismo como fenômeno político, com desdobramentos imprevisíveis. A rigor, este fenômeno político do Bolsonarismo está a exigir o devido desvendamento analítico, a superar abordagens apressadas e pontuais. De fato, o Bolsonarismo, no Brasil do Presente, no limiar da segunda década do século XXI, constitui um fenômeno sócio-político com enraizamentos e capilaridades no interior da sociedade brasileira, sendo decisivo compreender os seus sentidos e significados, enfim, desvendar suas raízes históricas, avaliando o seu nível de penetração na cultura política, situando grupos sociais e segmentos que se identificam com o seu núcleo ideológico[12].

Um elemento a ser considerado nesta explicação do Bolsonarismo é a constituição da chamada Nova Direita Brasileira, em sua peculiar e complexa composição, com suas distintas configurações. Ao longo dos anos 2000 a nova direita brasileira é urdida, ideologicamente, com base em postulados do neoliberalismo em versões doutrinárias, difundidas por diferentes meios, sobremodo nos circuitos virtuais. Esta vertente da Nova Direita, de perfil neoliberal, junta-se a uma direita forjada no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, prisioneira das fortes amarras de um moralismo, imbrincado a uma religiosidade conservadora, absolutamente intolerante, gestada no ódio e nas muitas formas de violências. E mais: essa articulação de direitas de perfil ideológico neoliberal e de cunho religioso moralizante é ampliada pelo militarismo, a resgatar elementos da ideologia da Segurança Nacional e mecanismos típicos da Ditadura, como o AI-5 e o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Indiscutivelmente, é nesta simbiose de direitas, de crise, de conservadorismo, de marcha autoritária, de políticas ultraliberais e contrarreformas, de inseguranças e instabilidades, que se constitui o “bolsonarismo” como fenômeno sócio-político no

[12] E essa uma questão da agenda de pesquisa que venho desenvolvendo com grupo de doutorando e mestrandos das Pós-graduações em Sociologia e em Educação da Universidade Federal do Ceará mediante disciplinas e cursos de leitura que remetem a um acompanhamento permanente dos desdobramentos do golpe de 2016 e especialmente do bolsonarismo.

Brasil do Presente. Apresenta uma composição complexa, perigosa e de risco, que articula diferentes matrizes: ultraliberalismo dependente, militarismo autoritário, reacionarismo político-cultural e justicialismo do extermínio de “bandidos”, como pilar da segurança pública[13]. É uma composição permeada de tensões que foram se revelando nos quase três anos de governo, com eliminação de sujeitos que possam comprometer, de algum modo, o Bolsonarismo.

Os quase três anos de governo revelam uma incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro de assumir a condução da Nação Brasileira. De fato, o presidente é a encarnação da antipolítica, a desqualificar e, mesmo, negar a condição central da política na democracia, contrapondo-se a processos de diálogos e negociações com a sociedade civil. Ademais, uma marca do desgoverno de Bolsonaro é o ataque sistemático aos diferentes poderes da república, incidindo o seu discurso de desqualificação e ódio no Poder Judiciário.

Em 2020 e 2021 eclode na cena brasileira a pandemia do coronavírus, a mesclar-se com a pandemia sociopolítica cultural do Bolsonarismo. É uma dupla pandemia à atingir o país gestando tragédias pela ausência de uma política nacional capaz de enfrentar as múltiplas crises que se entrecruzam no Brasil do presente. O Presidente assume como “política” o acirramento de tensões e a ideologização no campo da saúde.

Assim, nas confluências da dupla pandemia brasileira, o país vive uma momento histórico-limite. A população brasileira está imersa em uma dupla tragédia. Em primeiro lugar a tragédia letal de quase 600 mil brasileiros e brasileiras mortos e mortas pela pandemia. Tem-se, de fato, um verdadeiro genocídio de uma parte da população brasileira, com a certeza de que essa tragédia “é a tragédia de uma morte anunciada”, que poderia ter sido evitada com posicionamento responsável do governo Bolsonaro, fundado na ética democrática e nas orientações da ciência. Inegavelmente, o que se tem é um desgoverno a acenar com possibilidade de um golpe em uma perspectiva eminentemente autoritária e de negação da democracia e da ciência.

[13] Análise dessas matrizes é desenvolvida no texto de minha autoria, intitulado “Ultraneoliberalismo, militarismo e reacionarismo no Brasil do Presente: uma composição de risco e um desafio à luta política”, apresentado em Mesa Temática Coordenada na 9ª JOINP em 2019.

A segunda tragédia, igualmente letal, consiste no agravamento da questão social, cuja manifestação mais evidente é a fome que assola as populações pobres, a comprometer a própria sobrevivência de milhões de brasileiros e brasileiras que encarnam as chamadas populações vulneráveis, ou melhor, populações volnerabilizadas. Convém ressaltar a ampliação da pobreza no Brasil nos anos 2020/2021, no âmbito da própria precarização do trabalho. Ampliam-se o seguimento de pobres, ao mesmo tempo que se efetiva o desfinanciamento das políticas de proteção social.

Enfim, o genocídio de vidas sacrificadas pela ausência de uma política nacional que mistura, de forma perversa, à tragédia da fome e da inexistência de mínimos sociais de cidadania para seguimentos que habitam às margens da sociedade. E essas margens se ampliam a interpelar o estado e a sociedade civil brasileira!

No ano de 2021 dois fenômenos atingem o bolsonarismo restringindo sua base de apoio. Em primeiro lugar, a CPI da Pandemia, instalada no Senado, a partir de decisão do Judiciário, a publicizar o descaso, a irresponsabilidade e a falta de compromisso e coordenação do governo federal. Os desdobramentos da CPI apontam para questões de corrupção no âmbito do Ministério da Saúde a comprometer o próprio presidente suspeito do crime de prevaricação. Existe grande expectativa sobre o relatório dessa CPI que pode propiciar novos rumos ao país.

Um outro fenômeno a tencionar o bolsonarismo vem das ruas. São os expressivos protestos a atrair um número crescente de sujeitos da sociedade civil a protestar com veemência contra o desgoverno de Bolsonaro exigindo a sua saída.

CONCLUSÃO: Debate em Aberto sobre os Rumos do Brasil

A contemporaneidade brasileira, nos últimos trinta anos, vem afirmando a dominância do capital, em meio aos tensionamentos da democracia. É inegável, no entanto, o patrimônio democrático, materializado no plano jurídico-institucional e na cultura política.

Nos circuitos do Brasil do presente, nesse limiar da terceira década do século XXI, em meio à confluência perversa do bolsonarismo e da pandemia, emergem ataques frontais à democracia vindos do próprio Estado, especialmente, do Executivo e das forças conservadores da sociedade civil.

Neste final de agosto de 2021 o momento é de instabilidade e crise político-institucional, no contexto do acirramento do desemprego e da precarização do trabalho formal, da exploração e da fome.

Os ventos da História estão a soprar na “terra brasilis” abrindo caminhos. É deveras promissor a existência, hoje, no Brasil do presente, de movimentos e articulações na defesa intransigente da democracia a surgir dos mais diferentes espaços. O presidente comprar fuzil, ao invés de feijão, está em questão, com o declínio dos alardeados 30% da população...

Desenham-se cenários que apontam para extremos e para caminho do meio. Acreditamos na força das resistências que pulsam na sociedade civil abrindo veredas para a construção de democracia de “alta intensidade”, sustentada na dialética igualdade/diferença.

REFERÊNCIAS

AMARAL Marisa Silva & PAULANI Leda Maria. O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo. Anais do Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no Século XXI nos Circuitos da Crise do Capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas** - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, v. 19, n. 1, jan./ jun. 2015, p. 41-60

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. Brasil no Século XXI na Geopolítica da Crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas Públicas** - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís, n. Especial, nov. 2016, p. 267-280

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo A Inserção Dependente do Brasil nos Percursos do Capitalismo Mundializado (1990- 2017). RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Orgs.). In: **Tramas para a Justiça Ambiental:** diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Democracia, Estado, Desenvolvimento e Conflitos Sociais: uma via analítica para pensar o Brasil Contemporâneo na civilização do capital. In: **Saberes e Práticas em Ciências Sociais**: democracia, desenvolvimento, religião e gênero. Orgs: Greilson José de Lima e Maria de Fátima Ribeiro dos Santos. São Luís: EDUEMA, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A Conjuntura Socioeconômica e Política Recente e a Seguridade Social no Brasil. Aula no Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís, dez. 2020.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. Argentina. CLACSO ago. 2021

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. Inserção dependente e subordinada da America Latina no cenário mundial: teorizações em busca da análise da posição e do lugar dos países periféricos latino-americanos nos processos de acumulação capitalista, Programa Diplomado/CLACSO, Argentina. ago. 2021

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo (1980 – 2020): tendências, dilemas e perspectivas. Curso de Especialização Políticas Públicas e Gestão Social. UNIFAMETRO, 2020

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classe: chão do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 2º sem. 2019, n. 44, v. 17, p 274-291.

CHESNAIS, François. A “Nova Economia”: Uma Conjuntura Própria a Potência Econômica Estadunidense. In: CHESNAIS, François *et al*. Uma Nova Fase do Capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003

HARVEY, David. **O Novo Imperalismo**. Sãu Paulo: Loyola, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. Cadernos CRH, Salvador, v. 81, m. 84, p.520-534, set./dez. 2018.

PAULANI, Leda Maria. A Dependência Redobrada. Le Monde Diplomatique Brasil, ed 61, 03 de ago. 2012

RECONFIGURAÇOES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS EXPRESSÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: superexploração, precarização estrutural da vida e adoecimento

Eliana Costa Guerra[14]

RESUMO: O presente texto delineia o panorama atual da superexploração do trabalho, aprofundada pela crise sanitária, cujos resultados se expressam em aumento exponencial do desemprego, na precarização estrutural da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em agravamento de doenças preexistentes, em índices elevadíssimos de mortes e de pessoas com sequelas pos-Covid19. Compreende uma introdução, delineando a problemática em estudo, uma sessão sobre a superexploração do trabalho, buscando inspirações analíticas na Teoria Marxista da Dependência, em sua versão original e em suas atualizações no século XXI, trazendo essa questão fundante para o contexto pandêmico e de regressão de direitos vividos no Brasil contemporâneo; uma outra sessão sobre trabalho e saúde do trabalhador, explicitando as formas de adoecimento, resultantes da superexploração do trabalho, em especial, em setores mais dinâmicos da economia e nas novas modalidades de trabalho precarizado em significativo crescimento no contexto pandêmico.

PALAVRAS-CHAVE: crise do capital, superexploração do trabalho, pandemia, dependência, mais-valia, adoecimento

ABSTRACT: This text outlines the current panorama of labor overexploitation, deepened by the health crisis, whose results are expressed in an exponential increase in unemployment, in the structural precariousness of the lives of workers, in worsening of preexisting diseases, in extremely high rates of deaths and people with post-Covid19 sequelae. It comprises an introduction, outlining the problem under study, a session on the overexploitation of work, seeking analytical inspirations in the Marxist Theory of Dependence, in its original version and in its updates in the 21st century, bringing this fundamental issue to the pandemic and regression context. of rights lived in contemporary Brazil; another session on work and workers' health, explaining the forms of illness resulting from the overexploitation of work, especially in more dynamic sectors of the economy and in the new forms of precarious work in significant growth in the pandemic context.

KEYWORDS: capital crisis, overexploitation of work, pandemic, dependency, surplus value, illness

[14] Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Sociologia. E-mail: elianacostaguerra@gmail.com

1. **Introduzindo a temática:** a superexploração do trabalho na contemporaneidade brasileira

Para enfrentar suas crises, o capitalismo contemporâneo tem reinventado formas de extração de mais valor no processo produtivo, investindo em tecnologias, modalidades de gestão da força de trabalho, reestruturação das modalidades de produção, deslocamentos e mudanças na divisão internacional do trabalho, resultando, em geral, em precarização e aviltamento das condições de vida dos trabalhadores, em agravamento das desigualdades sociais. Intensificam-se desigualdades e apartações tanto no interior das formações sociais, quanto entre países centrais e periféricos.

Para apreender a dinâmica de exploração da força de trabalho nos tempos hodiernos, nos países periféricos e, dentre estes, no Brasil, pesquisadores brasileiros têm se inspirado na Teoria Marxista do Dependência (TMD)[15]. De fato, a TMD traz aportes importantes para se compreender como o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais tem se apoiado em superexploração do trabalho nos países periféricos e dependentes, subtraindo do trabalhador anos de vida, por mutilações e agravos à sua saúde e, ainda, por redução das possibilidades de vida.

Mathias Luce (2017), importante estudioso contemporâneo da obra de Ruy Mauro Marini, considera que uma das maiores contribuições do autor para a economia

[15] A Teoria Marxista da Dependência, formulada por pesquisadores brasileiros quando de seu exílio forçado pelo regime militar nos idos dos anos 1960/70 - Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marin – a TMD, começou a ser difundida no Brasil somente a partir do início dos anos 2000. Mathias Luce, um dos autores contemporâneos da TMD e estudioso da obra de Marini, estima existirem particularidades no desenvolvimento do capitalismo dependente nos países periféricos e, em particular, no Brasil, entendidas por ele como determinações negativas do movimento dialético da história do desenvolvimento do capitalismo. No delineamento das categorias que sustentam a TMD, merecem destaque a categoria *transferência de valor como intercâmbio desigual* – termo utilizado para diferenciar as transferências de valor, decorrentes diretamente da troca de mercadorias (em geral), daquelas que resultam de trocas no âmbito de relações de dependência, levando em conta a divisão internacional do trabalho e a posição dos países dependentes no sistema do capital. Outra categoria que desenvolvem delineamentos inovadores e, ao mesmo tempo, tem provocado polêmicas é *superexploração da força de trabalho*. Neste caso, Luce busca tratar alguns dos "problemas" suscitados pela formulação de Marini, procedendo a um esforço teórico de demarcar razões que conduziram Marini a tratar transferências de valor como "burla", "transgressão" da lei do valor. Nas palavras de Luce: "A categoria superexploração, definitivamente, não sugere a anulação da lei do valor. Ela descreve e explica elementos específicos da lei do valor, contribuindo para aprofundar a teoria de Marx, a partir da historicidade, da totalidade e da negatividade da lei do valor" (LUCE, 217, p. 154).

política latino-americana e brasileira foi a construção da categoria **superexploração** da força de trabalho, como base na Teoria Marxista da Dependência (TDM). Não por acaso, a obra de Marini vem sendo estudada a partir de sua maior difusão no Brasil e de sua fecundidade para apreender as dinâmicas do capitalismo subordinado e dependente brasileiro, nestas décadas iniciais do século XXI. Com efeito, diante da atual crise[16], as tentativas de seu enfrentamento dentro do sistema do capital sustentam-se em estratégias de ampliação da extração de mais-valia no uso da força de trabalho, resultando em combinações nefastas de intensificação dos ritmos de trabalho, com extensão das jornadas de labor, muitas vezes, por meio de artifícios como atividades complementares que alongam as jornadas de trabalho comprometendo tempo de reposição da força física e da capacidade psíquica do trabalhador.

Pesquisadores brasileiros (Luce, 2017; Carcanholo, 2008; Bichir, 2018) já destacavam a pertinência da categoria superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro, antes do atual contexto de pandemia. Cabe-nos ampliar esse debate sobre superexploração do trabalho, com aportes sobre as configurações assumidas por estas relações de produção nesse período vivido pela sociedade brasileira. É um tempo em que a população enfrenta um duplo desafio: o avanço da pandemia, com o surgimento de novas cepas e variantes do covid19, mais contagiosas e letais; e governo ultraliberal e neofascista, marcado pelo negacionismo da ciência e da própria gravidade da pandemia, desenvolvendo um lento processo de imunização da população, resultando em um verdadeiro genocídio[17].

---

[16] A atual crise do capital eclode em 2008 nos países centrais do capitalismo e, no Brasil, de 2013 em diante desencadeia mudanças nas formas de exploração e de gestão do trabalho, com redefinição de estratégias para fazer face à queda tendencial na taxa de lucros, sustentadas em contrarreformas neoliberais e severas medidas de ajuste impostas aos países periféricos, em meio ao avanço conservador, à emergência de novas direitas, a expressarem o ódio de classe, sem pudor e limites; à marcha da intolerância em nível mundial; ao retorno, com força, do neoliberalismo.

[17] Dados do Consórcio de veículos de imprensa atestam em 28 de agosto de 2021 que, no Brasil, ocorreram 578.396 óbitos por covid19. Pela primeira vez, desde dezembro de 2020, a média semanal de 687 mortes, sendo 656 mortes registradas nas últimas 24 horas e 23.115 novos casos de covid19. Constata-se a redução do número diário de óbitos em vários estados brasileiros. Contudo, especialistas alertam para a importância de se manter os protocolos de segurança e avançar com o processo de imunização da população, tendo em vista a disseminação da variante Delta do coronavírus. Cf. em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/08/28/covid-19-coronavirus-casos-mortes-28-de-agosto.htm?cmpid=copiaecola, acesso realizado em 30 de agosto de 2021.

Esse cenário vem sendo objeto de intenso debate, polarizando adeptos do Governo e oposições de diferentes matizes, que ganham força na sociedade civil. Distintos setores da sociedade, apoiados por parte da mídia, investem suas energias em tentar desnaturalizar as mortes cotidianas de centenas de brasileiros, em meio à lentidão, aos desmandos e à incompetência do governo, nos mais diversos setores da gestão federal e, sobremodo, na área da saúde. Em um confronto de forças, os adeptos do bolsonarismo, em especial, componentes do chamado “gabinete do ódio”, utilizam as mídias sociais para difundir mensagens negacionistas e interpretações falaciosas da situação brasileira, face à pandemia e à crise econômica e política. Outra parte das forças bolsonaristas aproveita o próprio contexto das tragédias brasileiras para avançar em medidas e programas governamentais que aprofundam as contrarreformas, precarizando ainda mais a classe trabalhadora. É emblemática a proposta de emenda constitucional Nº 1045 enviada pelo governo federal ao Senado, a pretexto de gerar emprego para os mais jovens. De fato, tal medida resultará em mais desemprego, precarização e regressão de direitos. Por exemplo, essa MP 1045 institui novas formas de contratação já precarizadas (trabalhadores sem direitos a férias, 13º salário, FGTS), além de enfraquecer a fiscalização das condições de trabalho e reduzir direitos de categorias, como bancários, operadores de telemarketing e dificultar o acesso dos trabalhadores à Justiça. Os processos de privatização têm deixado milhares de trabalhadores de empresas públicas em desemprego ou lhes forçado à aposentadoria precoce (vide casos da Petrobras, da Embratel). As medidas antissociais, que atingem especialmente os setores pauperizados da classe trabalhadora, não param aí: integrantes do governo discutem o aumento na bandeira vermelha da conta de energia, a agravar um processo de inflação, podendo as tarifas variarem entre 50% e 58%.

Cabe ressaltar que a problemática situação dos trabalhadores no Brasil, definida por Antunes (2018; 2015) e Alves (2016) como precarização estrutural do trabalho, já se aprofundava desde o início do século XXI, a despeito da política de valorização do salário mínimo, durante os governos petistas (LUCE, 2013), que permitiu elevar o padrão de consumo, mas ficou aquém do Salário Mínimo Necessário

(SMN), definido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Em dezembro de 2013, quando a crise no governo Dilma se agrava, o salário mínimo real era de R$ 678,00 e o SMN indicado à época era de R$ 2.765,44. Em junho de 2021, o salário mínimo real equivalia a 1.100 reais, enquanto o SMN, calculado pelo DIEESE, alcançava a cifra de R$ 5.421,84[18]. O que muda na conjuntura mais recente é o crescimento do desemprego e da informalidade, fazendo com que trabalhadores aceitem condições de servidão (ANTUNES e PRAUN, 2015) e, mesmo, semelhantes ao trabalho escravo.

A situação de radical desmonte dos direitos dos trabalhadores complexifica-se com a reforma trabalhista, aprovada no governo Temer (2017) e se intensifica no governo Bolsonaro, em meio à política econômica recessiva, que impõe privatização e cortes nas verbas destinadas às políticas de saúde, educação e assistência social, reduzindo as possibilidades de contenção da pandemia e de enfrentamento de seus efeitos, o que leva alguns analistas a designarem como governo da necropolítica. Tal situação de precarização estrutural do trabalho vem sendo agravada pela pandemia da Covid19, quando ocorre uma redução drástica da atividade econômica em diversos setores da produção e do comércio, associada a uma necessidade de isolamento social para mitigar a crise sanitária.

O presente texto, parte integrante da Mesa Temática “Crise do capital, superexploração do trabalho e disputas hegemônicas: a contemporaneidade brasileira nos circuitos do ajuste dependente ao capitalismo financeirizado”,

Nosso eixo analítico: delinear o panorama atual da superexploração do trabalho aprofundada pela crise sanitária, cujos resultados se expressam em aumento exponencial do desemprego; precarização estrutural da vida dos trabalhadores e trabalhadoras; agravamento de doenças preexistentes; índices elevadíssimos de mortes e de pessoas com sequelas pos-Covid19

[18] Para chegar a este cálculo, o DIEESE leva em conta o gasto necessário para sustento de uma família de quatro pessoas, considerando dois adultos e duas crianças, com base na cesta de alimentos mais cara do país

Delineia o panorama atual da superexploração do trabalho, aprofundada pela crise sanitária, ao mesmo tempo em que formas de proteção do trabalho são destruídas e setores do capital seguem aumentando seus níveis de lucro, resultando em aprofundamento da desigualdade e das formas de iniquidade. A superexploração da força de trabalho tem levado à morte milhares de trabalhadores precarizados, subjugados nas mais diversas atividades laborais e expostos à contaminação nos seus trajetos cotidianos para o trabalho e nas próprias rotinas laborais.

A partir de março de 2020, no contexto da pandemia, a crise sanitária soma-se à crise econômica, política e social, vivenciada pelo país. Os dados recentes do IBGE revelam que dentre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que trabalhavam por conta própria ou auxiliando familiares em alguma atividade econômica. Assim, a informalidade atingiu quase 40% dos trabalhadores, neste trimestre que se encerra em junho de 2021. O número de trabalhadores com carteira assinada, no setor privado, apresentou decréscimo de 4,2%, o equivalente a 1,3 milhão de pessoas. Esses dados revelam as precárias condições de vida de grande parte da classe trabalhadora. Diante da ausência de possibilidades de trabalho, muitos destes trabalhadores aderem a ocupações desprotegidas de direitos, com remunerações ínfimas e instáveis, a exemplo do trabalho dos tele-fretistas e motoboys, motoristas por aplicativos, todos compondo parte do leque da uberização. Para (ABILIO, 2019), a uberização, como tendência que marca o mundo do trabalho nos tempos contemporâneos, evidencia a condição de trabalhadores sempre disponíveis para o mercado, que não contam com qualquer proteção ou garantia e sobre quem recai todos os riscos relacionados a este tipo de atividade (acidentes, incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, avaria ou perda do principal instrumento de trabalho – a motocicleta, a bicicleta, fim da linha da precarização). Em pleno contexto de crise pandêmica, a política de combustíveis promove majorações sucessivas dos preços dos mesmos, levando trabalhadores que atuavam em UBER e em outras formas de ocupação do gênero a abandonarem a ocupação ampliando o contingente de pessoas sem renda e sem ocupação.

As múltiplas formas de precarização da força de trabalho, com destaque para a uberização transformam o trabalhador em indivíduo disponível para o mercado de trabalho e que não conta com qualquer proteção, nem garantia, ao mesmo tempo em que são transferidos para ele os riscos relacionados com sua atividade. Tal situação está para além das plataformas, sendo decorrente dos quase 40 anos de neoliberalismo, com seus ataques aos direitos do trabalho; transferência de riscos para o trabalhador; altíssima mobilidade do capital; mudanças significativas no mundo do trabalho. Mas, parece evidente a predominância de plataformas, em plena ascensão na mobilização e exploração dessa força de trabalho em abundância, sobretudo, nas economias periféricas.

Tais plataformas consistem no principal mecanismo para assegurar a centralização do controle do trabalho realizado de forma dispersa nos mais diversos cantos do globo. Neste tipo de atividade, o trabalhador está disponível 12, 14 horas ou mais para o trabalho, sem que seja remunerado com base nesta quantidade de horas. Elas constituem de fato o lado parcialmente visível do monopólio de empresas transnacionais - empresa-aplicativo, empresa mediada por plataforma, empresa imaterial, que exploram e extorquem trabalhadores reais em condições concretas, expostos a toda sorte de risco, contando, na maioria das vezes somente com a solidariedade de companheiros de rua. Eis a face escondida sob o manto do discurso da liberdade, do empreendedorismo, do trabalho por conta própria. Ao lado desses trabalhadores precarizados, já chega a 19 milhões o número de brasileiros vivendo em situação de pobreza extrema e mesmo de miséria. Esses trabalhadores e trabalhadores em situação de extrema precariedade resistirão e sobreviverão a esta verdadeira tragédia vivida em nosso país?

Em sua dinâmica expositiva, o presente texto compreende: uma introdução, delineando a problemática em estudo; uma sessão sobre a superexploração do trabalho, buscando inspirações analíticas na Teoria Marxista da Dependência, em sua versão original e em suas atualizações no século XXI, trazendo essa questão fundante para o contexto pandêmico e de regressão de direitos vividos no Brasil contemporâneo; uma outra sessão sobre trabalho e saúde do trabalhador, explicitando as formas de adoecimento, resultantes da superexploração do trabalho,

em especial, em setores mais dinâmicos da economia e nas novas modalidades de trabalho precarizado em significativo crescimento no contexto pandêmico.

2. Superexploração do trabalho como marca do capitalismo dependente: novas configurações no contexto da pandemia

A partir da base conceitual marxiana, Ruy Mauro Marini, já na década de 1970, examina peculiaridades da compra e venda da força de trabalho nas sociedades capitalistas dependentes latino-americanas e, em particular, na sociedade brasileira

Ruy Mauro Marini (2000) constrói sua teorização sobre o capitalismo dependente a partir da base conceitual marxiana. Assim, parte da descoberta de Marx de que, nas relações capitalistas de produção, não é o trabalho que é vendido, mas a força de trabalho que, mesmo paga pelo capitalista por determinado valor, permite a este extrair mais-valia ou mais valor, havendo, portanto, exploração neste tipo de relações de produção. Nessa perspectiva, Marini examina peculiaridades da compra e venda da força de trabalho nas sociedades capitalistas dependentes latino-americanas e, em particular, na sociedade brasileira. Constrói, então, a categoria de superexploração da força de trabalho, como base da relação de dependência de países periféricos aos países centrais do sistema do capital. Tal categoria tem sido mais e mais utilizada por pesquisadores e estudiosos do pensamento de Ruy Mauro Marini, a exemplo de Mathias Luce (2017), Mayra Bichir (2018), Carcanholo (2013) para analisar as configurações contemporâneas do capitalismo brasileiro, em suas diversas conjunturas e equações políticas. Assim, ao se chegar a extremos, outrora impensáveis, da exploração da força de trabalho como base da inserção dos países latino-americano ao capitalismo financeirizado e, particularmente, do Brasil, os continuadores da TMD revisitam estudos e análises empreendidos por Ruy Mauro Marini, constituindo-os como fecunda opção teórico-metodológica para o campo do pensamento crítico.

Segundo Luce (2013), ao criar a categoria mais-valia, Marx já explicava que a mercadoria força de trabalho pode ser paga por um valor inferior ao seu valor real e consumida para além das condições “normais”. Cabe aqui uma ponderação sobre o

caráter histórico das condições de trabalho, as quais apresentam as marcas de seu tempo. Assim, o normal à época das pesquisas de Marx difere muito do que se considera normalidade nos tempos hodiernos, ainda que formas de trabalho tidas como ultrapassadas voltem a aparecer, como a escravidão contemporânea ou o trabalho similar ao escravo nas modernas lavouras de fruticultura para exportação, na exploração de cana-de-açúcar para produção de álcool. De fato, sustenta Marx: "[...] a força de trabalho pode ser paga abaixo do seu valor e consumida além das condições normais". Isso ocorre quando o capitalista, ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta dos elementos materiais e fatores do processo de trabalho, transforma valor, ou seja, trabalho pretérito, morto, em capital, em valor ampliado. Marx ressalta ainda que a força de trabalho possui valor diário e valor total.

Ao discutir as formas do capital para enfrentar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx já identificava no comércio exterior, nas relações entre países e centrais europeus e colônias uma via de busca de compensação desta redução na taxa de lucratividade que resulta do próprio desenvolvimento das forças produtivas sob o sistema do capital.

A genialidade de Marini (2000) foi perceber que, nos países dependentes, ambos os valores da força de trabalho são violados de maneira sistemática, para compensar as transferências de valor destes países para o centro do sistema do capital. Dito de outro modo, o trabalho vivo, ou a força de trabalho em ato, superexplorada nos países periféricos, serve de esteio para assegurar taxas elevadas de lucro nos países centrais, atenuando sua tendência à queda, com base em relações cada vez mais fortes de dependência dos países periféricos.

Avançando na ampliação conceitual, Marini configura e dá novo sentido ao conceito de superexploração da força de trabalho como forma utilizada pelos capitalistas locais para fazerem face à lei da queda tendencial da taxa de lucro subtraindo a remuneração da força de trabalho, rebaixando a níveis ínfimos os salários, extraindo do trabalhador do máximo da sua força física e psíquica e, assim, provoca o esgotamento e o encurtamento do tempo de vida do trabalhador. Tal

dinâmica sustenta níveis de lucratividade e de crescimento econômico das potências centrais do capitalismo, via transferência de valor das econômicas dependentes para os países centrais, com base na divisão internacional do trabalho. E, ao mesmo tempo, possibilita níveis vantajosos de lucro dos capitalistas dos países periféricos, perpetuando a dependência entre os países centrais e a periferia capitalista e produzindo maiores níveis de desigualdade nas periferias do sistema. Assim, a superexploração configura-se, como marca estrutural das relações de trabalho, sobremodo, em economias dependentes, como a brasileira. Luce (2013), em suas formulações, evidencia como o empobrecimento e a miséria da classe trabalhadora justificam saídas para as crises, especialmente, dos países capitalistas centrais, aprofundando as desigualdades e formas de dependência.

Mathias Luce tem trabalhado no aprofundamento do debate e na socialização da produção teórica de Ruy Mauro Marini no Brasil. Para Luce (2013; 2017), Marini elabora a categoria "superexploração da força de trabalho" para tentar explicar "o fundamento da dependência como modalidade *sui generis* do capitalismo". Desse modo, o lugar das economias submetidas ou dependentes no imperialismo e, ainda hoje, em fases mais avançadas da mundialização do capital sob o domínio das finanças, tem sido obtido mediante a violação e transgressão sistemática do valor diário e do valor total da força de trabalho, com vistas a compensar as transferências de valor, apropriadas pelos países centrais do sistema do capital. E, explica Luce (2013), na concepção de Marini, a superexploração ocorre mediante quatro formas ou modalidades:

> *i*) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; *ii*) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; *iii*) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e *iv*) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração.

Trata-se de modalidades mediante as quais a superexploração da força de trabalho se opera no contexto do capitalismo dependente e que ocorrem isoladamente ou de modo combinado. Bueno e Seabra (2010) esclarecem a primeira dimensão da superexploração, nos termos de Marini, evidenciando a ampliação conceitual operada

pelo autor, configurando o primeiro elemento constitutivo da superexploração do trabalho, como

> (...) forma singular de abarcar a produção e apropriação de mais-valia, cujo foco não é a relação entre os tempos de trabalho necessário e excedente, usado por Marx para esclarecer as modalidades de mais-valia absoluta (aumento do tempo de trabalho excedente sem alterar o tempo de trabalho necessário) e relativa (aumento do tempo de trabalho excedente pela diminuição do necessário), mas sim a burla da lei do valor (troca entre mercadorias de valores equivalentes) na compra da mercadoria força de trabalho (BUENO e SEABRA, 2010, p. 71)

De fato, a primeira dimensão apontada por Marini consiste na remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor real (Marine, 2000). No processo produtivo, o capitalista eleva o montante de mais valia, apropriando-se, pois, de parte do fundo de consumo do trabalhador, comprometendo a plena reposição do desgaste da força de trabalho, nos termos de Bueno e Seabra (2010). Desse modo, o capitalista dos países periféricos ameniza parte dos efeitos da transferência de valor em beneficio das economias dos países capitalistas centrais, nas chamadas trocas desiguais.

A segunda dimensão consiste em prolongar a jornada de trabalho para além da capacidade físico-psíquica do trabalhador ou, nas palavras de Marini, consubstancia uma forma de exploração que

> (...) nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...) porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; [ou ainda] (...) porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000, p. 126)

Ao prolongamento da jornada soma-se o aumento da intensidade do trabalho – terceira dimensão - provocando as mesmas consequências expostas anteriormente, resultando, finalmente, na apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador. Com efeito, a exigência de mais trabalho ao operário, mediante mecanismos extensivos ou intensivo, provoca fadiga e esgotamento, tendo com resultado maior incidência de acidentes e de doenças laborais, comprometendo a saúde e a vida do trabalhador e da trabalhadora.

A quarta dimensão consiste na elevação do valor da força de trabalho sem o consequente aumento da remuneração destinada ao trabalhador. O valor da força de trabalho tem sido historicamente um objeto de luta dos trabalhadores, comportando-se como uma categoria "histórica e relacional" (LUCE, 2013). Destaca Mathias Luce (,2013 p. 173) que

> (...) a burguesia, a partir de determinada conjuntura histórica, [teve] de reconhecer um certo patamar como o valor normal da jornada de trabalho, com a regulamentação da jornada de trabalho, a legislação sobre salário mínimo e outros elementos dos direitos laborais, que passaram a expressar as condições para que os trabalhadores reproduzissem normalmente sua força de trabalho, suas próprias condições de vida e as de sua família.

À burguesia interessava também que ter os trabalhadores como consumidores participando da fase de circulação de mercadorias e, logo, do processo de realização do capital. E para tanto, precisavam contar com salários. Importante nesse sentido, foram as lutas dos trabalhadores para fazer reconhecer o valor de sua força de trabalho.

No Brasil, o Salário Mínimo Necessário (SMN) estabelecido pelo DIEESE, a partir 1970 constitui um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas de seu valor. Todavia, mesmo nos períodos em que houve aparente crescimento do poder de compra dos trabalhadores, seus rendimentos nunca alcançaram o mínimo necessário definido pelo DIEESE. Assim, a superexploração do trabalho constitui traço constante nas economias periféricas, a exemplo do Brasil.

3. Saúde e trabalho: um dilema do nosso tempo

A intensificação dos ritmos do trabalho ocorre nos mais diversos espaços laborais. Especificamente nos setores de ponta das cadeias produtivas mais modernas, a exemplo da produção automotiva, que associa robótica, informática e telemática, verifica-se grande densidade tecnológica, Essa densidade tecnológica permite formas de gestão do trabalho pautadas em metas, tempos e times, levado a ritmos cada vez mais acelerados e desumanos de trabalho

Igualmente, em setores de menor densidade tecnológica e formas mais simplificadas de mediação no uso da força de trabalho, a exemplo de parte do trabalho na agricultura, na produção para exportação, as mesmas formas de gestão se aplica.

O trabalho por meta – que hoje se difunde nos mais diversos ramos de atividade - acelera e intensifica o uso da força de trabalho; associado a jornadas ampliadas ao máximo, com sistemas de gestão em que os próprios trabalhadores individualmente e por time exercem pressão sobre si e sobre os demais, resultando em adoecimentos e acidentes que mutilam e aviltam os trabalhadores. O ritmo frenético de trabalho faz com que os próprios trabalhadores se eximam do uso de Equipamentos Individuais de Proteção (EPIs). O receio de uma demissão ou de qualquer forma de punição leva o trabalhador a não exigir a devida proteção e subjugar-se a formas de assédio e ameaças no ambiente de trabalho, a evitar ou retardar a busca por assistência médica, a distanciar-se de suas organizações e lideranças sindicais, isolando-se e enfrentando situações de tensão e estresse em profunda solidão.

Ademais, o enfraquecimento das políticas públicas, a falta de estrutura e insuficiência de pessoal especializado nas equipes de vigilância à saúde do trabalhador e da trabalhadora, nos níveis estadual e municipal, deixa, muitas vezes, os trabalhadores entregues à própria sorte. Quando buscam ajuda, muitas vezes já estão em condições graves de saúde ou mesmo mutilados, com quadros de adoecimento crônicos. Ainda que se reconheça a subnotificação de agravos e acidentes de trabalho nos Sistemas de Informação em Saúde (SIS), os números constantes no observatório do Ministério Público do Trabalho são reveladores de perdas de anos de trabalho – perda ou limitação da capacidade laboral – e mesmo de anos de vida, por mortes prematuras, acidentes fatais e doenças decorrentes da atividade de trabalho que poderiam, no mínimo, serem mitigadas ou, no melhor dos casos, evitadas.

De fato, como afirmam Antunes e Praun (2015), muitos trabalhadores brasileiros e de outros países periféricos estão diante de situações que podem ser designadas como “privilégio da servidão”, não tendo praticamente escolhas entre a

submissão a condições degradantes de trabalho e vivenciar a forme e a miséria, não tendo como assegurar o mínimo necessário à sua subsistência.

4. Conclusão: superexploração do trabalho, um dilema contemporâneo

Ruy Mauro Marini, em sua produção da Teoria Marxista da Dependência, abre uma fecunda via para decifrar as contradições do capitalismo dependente ao configurar a categoria superexploração da força de trabalho. De fato, com a difusão tardia da TMD no Brasil, a categoria superexploração do trabalho assume uma centralidade no debate contemporâneo, a exigir a devida ampliação conceitual face ao novo momento do capitalismo, que acirra as assimetrias entre países centrais e periféricos.

Nos percursos da inserção do Brasil no capitalismo financeirizado, aprofundam-se as contradições na relação capital x trabalho, expressas no desemprego, da precarização estrutural do trabalho e nas próprias condições de vida do trabalhador.

No Brasil, a pandemia, em confluência com o bolsonarismo, intensifica os processos de superexploração do trabalhador, vulnerabilizado frente aos mais diferentes riscos de adoecimento e de morte. A saúde do trabalhador impõe-se como uma questão central na agenda democrática do Brasil no século XXI>

5. Referências

ALVES, G. A tragédia de Prometeu: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório, Bauro: Canal 6 Editora, 2016

_____. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005

AMARAL Marisa Silva & PAULANI Leda Maria. O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo. Anais do Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, 2013.Disponível em: .

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE (org.) Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da *servidão* o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____(Org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV. São Paulo: Boitempo. 2019. Coleção Mundo do Trabalho.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015

BICHIR Maíra Machado. Aportes De Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes, in: Caderno CRH – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, V. 31, nN 84, p. 535-553, Set./Dez. 2018, in: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cqQ7hBWtRNkVGn7CrGLvRTp/?lang=pt, acesso realizado em 28 de agosto de 2021.

BUENO Fábio Marvulle, SEABRA Raphael Lana. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho, Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL/GT 8. Marx e marxismos latino-americanos

CARCANHOLO. Marcelo Dias. Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência, Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro**, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,** v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013, in: https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/?lang=pt, acesso realizado em 12 de agosto de 2021.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA Eliana Costa, O BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica in: Revista de Políticas Públicas, vol. 19, núm. 1, jan-jun, 2015, pp. 41-60, Universidade Federal do Maranhão/São Luís.

CORRÊA. Hugo F. Um marco para o fim de um longo exílio (Resenha de “Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica”, de Mathias S. Luce. Revista Brasileira de Estudos latino-americano – REBELA, v. 9, n.1. jan./abr. 2019

FILGUEIRAS Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. Caderno CRH – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, V. 31, N 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018, in: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/prNZGxT4CTRnq5B7yQxbp7P/abstract/?lang=pt, acesso realizado em 21 de agosto de 2021.In: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/prNZGxT4CTRnq5B7yQxbp7P/?lang=pt, pesquisa realizada em 18 de agosto de 2021.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Trabalho, educação e saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr., 2013, in: https://www.scielo.br/j/tes/a/Bw9kP9zNxqHZFp6DPy87H6t/?format=pdf&lang=pt, acesso realizado em 20 de agosto de 2021.

_____. Superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente, in: ALMEIDA FILHO Niemeyer (org.) Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. – Brasília: Ipea, 2013, pp. 145-165

MARINI, Ruy. Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 123-126.

RAPOSO, Bruna Ferraz, ALMEIDA FILHO Niemeyer, AMARAL Marisa Silva. Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado.

TONELO, Iuri. No entanto, ela se move [recurso eletrônico]: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Iskra, 2021. (Mundo do trabalho)

DIÁLOGOS GRAMSCIANOS PARA INTERPRETAR O BRASIL DO PRESENTE:
revisitando as noções de sociedade civil, hegemonia e nova cultura

Leila Maria Passos de Souza Bezerra[19]

RESUMO: Esse artigo tematiza sociedade civil, hegemonia e nova cultura na perspectiva teórico-metodológica do filósofo italiano Antonio Gramsci, com destaque ao lugar da filosofia da práxis. Inspirada no pensamento gramsciano, problematizamos as reconfigurações e ressemantizações híbridas da nossa sociedade civil, apreendidas nos marcos da *confluência perversa* entre três matrizes político-culturais entrelaçadas na vida brasileira das últimas quatro décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade civil. Hegemonia. Cultura. Estado integral. Matrizes político-culturais.

ABSTRACT: This article discusses civil society, hegemony and new culture in the theoretical-methodological perspective of the Italian philosopher Antonio Gramsci, with emphasis on the place of philosophy of praxis. Inspired by Gramscian thought, we problematize the hybrid reconfigurations and resemantizations of our civil society, apprehended within the framework of the perverse confluence between three political-cultural matrices intertwined in Brazilian life over the last four decades.

KEYWORDS: Civil society. Hegemony. Culture. Full state. Political-cultural matrices.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo, tematizamos as noções de *sociedade civil*, *hegemonia e nova cultura* na perspectiva teórico-metodológica gramsciana, com vistas a problematizar as (re)configurações e disputas de hegemonia na sociedade civil brasileira na contemporaneidade.

Afinal, um dos desafios crítico-analíticos a decifrarmos no presente consiste nas disputas pela/na Sociedade Civil e a Sociedade Política (do Estado integral) na crise orgânica da América Latina, inscrita na crise estrutural do capitalismo mundializado em sua comunhão com o projeto político-cultural transnacionalizado neoliberal em expansão. Sob as marcas de adensamento e complexificação de expressões fundantes da questão social (IAMAMOTO, 2010), organicamente vinculada à totalidade das relações sociais capitalistas, e suas particularidades em

[19] Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Sociologia. E-mail: leila.passos@uece.br

nossa formação sócio-histórica, o Brasil do século XXI vivencia um dos períodos mais sombrios e desafiadores de sua trajetória.

Referimo-nos às mudanças regressivas irrompidas com a agudização da crise civilizatória e seu reverberar no Brasil, sobretudo, no decurso da derrota do projeto neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), do Golpe político-jurídico e midiático de 2016, das eleições presidenciais de 2018 e mediante a disseminação da pandemia de COVID-19 neste país. A emergência do dito "bolsonarismo" (CARVALHO, 2020) tem potencializado retrocessos civilizatórios até então inimagináveis. Segundo Carvalho, o fenômeno político do "bolsonarismo" emergiu com a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro – então presidente da República (2019-2022) – nos seguintes termos: "(...) é uma configuração sociopolítica de extrema-direita, que articula ultra neoliberalismo dependente, militarismo autoritário, mesclado com justicialismo da violência e reacionarismo político-cultural, eivado de um moralismo/fundamentalismo religioso" (CARVALHO, 2020: p. 6). Para a autora, o "bolsonarismo" configura-se em "ponto de chegada" desse Golpe jurídico-político de 2016, a expressar o padrão de dominância da ultradireita (neo)conservadora e da direita ultra neoliberal.

Dentre os seus desdobramentos no campo social, ressaltamos: a ampliação do fosso das desigualdades sociais e raciais; o crescimento da pobreza, da extrema pobreza e do desemprego; o retorno do Brasil ao mapa da fome; a predominância da precarização e informalização do trabalho; a espoliação compulsiva de direitos sociais e trabalhistas; a expansão de processos entrecruzados de estigmatizações, segregações socioterritoriais e criminalização da pobreza e dos movimentos sociopolíticos. Observamos o recrudescimento da face penal-punitiva do Estado brasileiro, a considerar o incremento dos orçamentos destinados à "segurança pública", o encarceramento seletivo ampliado, o avanço das forças coercitivas e sua letalidade direcionada aos segmentos mais socialmente vulneráveis. Em movimento complementar, fomenta-se o declínio da face social protetiva do Estado, conforme identificável nos cortes orçamentários voltados às políticas públicas sociais, no sucateamento das instituições públicas e nas demais contrarreformas neoliberalizantes em curso.

De fato, são aqueles em situação de pobreza pluridimensional (BEZERRA, 2015) e residentes nas nossas margens urbanas, bem como as ditas *minorias sociais* – população negra, LGBTTQIA+, mulheres, imigrantes, indígenas, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais/ povos de terreiro – os grupos mais acossados pelo necrobiopoder (BENTO, 2018; MBEMBE, 2018) estatal e suas correlatas necrobiopolíticas (BENTO, 1918) deflagradas. Situações potencializadas durante a pandemia de COVID-19. Dessa feita, o modus operante estatal impele à precarização das existências politicamente produzidas, a delinear quais vidas merecem viver e quais serão "deixadas para morrer" face à inanição das políticas públicas sociais.

Nesse contexto complexo e contraditório, somos provocadas a buscar subsídios teórico-metodológicos para deciframento do Brasil do presente, pelas frestas da sua história em aberto. Revisitamos, assim, o pensamento de Antônio Gramsci, de modo a apreender pistas analíticas das (re)configurações e disputas de hegemonia na sociedade civil brasileira. Optamos pelo caminho teórico-metodológico inscrito na *filosofia da práxis* gramsciana, a nos remetermos à abordagem das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil em relação aos eixos analíticos balizares nessa reflexão. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, mediante levantamento e revisão de literatura, a estabelecer uma interlocução com a produção original de Gramsci, bem como com seus principais interpretes no Brasil e outros (as) autores (as) do campo da Teoria Social Crítica.

Nesse artigo, direcionamos nosso olhar às noções de hegemonia e de sociedade civil em Gramsci, a implicar a retomada da sua Teoria Ampliada do Estado e a perspectiva de lutas por uma *nova/outra cultura* que, na acepção gramsciana "(...) *tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual"* (GRAMSCI, 1978: p. 96; grifo nosso). Nesse revisitar do pensamento gramsciano, destacamos a observância do *lugar da filosofia da práxis* no processo de disputas, travadas na sociedade civil, por uma *outra cultura*, com ênfase no protagonismo das classes subalternas e seus aliados em nosso país. Finalizamos esse texto problematizando matrizes político-culturais fundantes das (re)configurações e disputas da sociedade civil brasileira neste século XXI, a perfazer um caminho relacional entre teoria e história, necessário ao diálogo crítico em tela.

2. SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI: REVISITANDO DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Antonio Gramsci enfrentou os desafios teórico-históricos de seu tempo (final do século XIX e início do XX), a demarcar o condicionamento histórico do conhecimento e a potência analítica da filosofia da práxis. Salientamos, inicialmente, uma das questões cruciais suscitadas por esse autor diante da ascensão do fascismo italiano, nos anos de 1920, sob a liderança de Benito Mussolini (1922-1943) e do Partido Nacional Fascista (PNF), qual seja: afinal, diante da crise orgânica do capital, por que fracassamos e perdemos para o fascismo? O que nos parece uma problemática atual para aqueles (as) ainda compromissados (as) com os processos de emancipações política e humana na contemporaneidade.

Para nós, no Brasil, o *Golpeachment-2016* e seus desdobramentos avassaladores, com as eleições presidenciais de 2018 e o (des)governo federal vigente, a pergunta original de Gramsci nos provoca diante do *"bolsonarismo"* em suas bases fundantes, ou seja: protofascismo, autoritarismo, militarização do Estado, pensamento de base fundamentalista e anticientífica (o "negacionismo" em voga), o neoconservadorismo (travestido ou escancarado), a expressar o perfil de uma ultradireita neoliberal atuante por dentro da sociedade civil e da sociedade política brasileiras. O que nos impele a repor a questão gramsciana em termos ampliados: afinal, apesar da crise estrutural do capitalismo, a demonstrar sua incapacidade de resguardar as conquistas civilizatórias da "modernidade" – nem de longe materializadas nas sociedades pós coloniais como a brasileira – e seu resvalar em barbárie, por que não conseguimos construir alternativas coletivas para superá-lo?

Não temos a pretensão de responder a tais questionamentos neste esboço preliminar. Todavia, enfatizamos que as produções gramscianas nos incitam e auxiliam a fazer a crítica do presente – a olhar criteriosamente para as particularidades da nossa vida social brasileira e latino-americana – na perspectiva de apreender e interpretar criticamente as (re)configurações e disputas de hegemonia travadas na sociedade civil sob as marcas da crise e suas multidimensionais implicações.

A produção historicamente datada de Gramsci ocorreu, sobretudo, no cárcere, quando condenado, em 08.11.1926, pelo governo fascista – identificado pelo autor como *movimento reacionário com base organizada de massa* – permanecendo até 1937, ano de sua morte. Situa-se no período marcado por intensas transformações societárias, que vai da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro (1917 – na Rússia); da passagem da economia capitalista para sua fase monopolista, na gênese do fordismo-keynesianismo – adotada para fins de "controle" das crises do capital, e diante da proliferação de associações sindicais, políticas e culturais/ de massa, impulsionadas no início da década de 1930; à emergência e domínio do fascismo italiano, bem como do nazismo alemão, a delinear a ameaça da Segunda Guerra Mundial. Sua obra mostra-se potente, sobretudo, enquanto *"filosofia da práxis"* indispensável à leitura histórico-crítica do mundo social a ser empreendida também pelas classes subalternas enquanto sujeitos (as) pluriversais de processos emancipatórios, produtores de saberes/cultura, filósofos, portadores de vontade concreta, devir. Nas palavras deste filósofo, conforme explicitado no Volume 1, Caderno 11, destacamos:

> Uma *filosofia da práxis* só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, *como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)*. E portanto, antes de tudo, como *crítica do 'senso comum'* (*e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que 'todos' são filósofos* e que não se trata de induzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos', mas *de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente*); e, posteriormente, *como crítica da filosofia dos intelectuais* e que, enquanto individual [...] *pode ser considerada como 'culminâncias' de progresso do senso comum*, pelo menos do senso comum *dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular*. [...] a filosofia da práxis não busca manter os 'simples' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas *busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior.* Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples [...] *é [...] para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa* e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (2004: p. 101).

Com a convicção de fazer avançar a teoria marxista, no esteio teórico-metodológico de Marx, Engels e Lênin, além do diálogo crítico com Hegel e intelectuais italianos de sua época (Gentille e Croce), Gramsci – na perspectiva de disseminar uma *filosofia da práxis* – ampliou aspectos fundamentais do marxismo ao fazer a crítica das particularidades da Itália de seu tempo em articulação com a leitura da história em processo e ao demarcar as possibilidades de futuro. Referia-se ao *devir*

histórico (conceito filosófico) como expressão de *"possibilidade" traduzida enquanto "liberdade*" delineada na *relação e mediação entre o conjunto das relações sociais* (objetivas/materiais) *e as vontades políticas humanas* (a vontade concreta). Importa salientar a *noção de homem/humano enquanto "essencialmente político"*, contida nesta proposta-reflexão gramsciana, ao fazer a *crítica à ideia de progresso moderno de sua época*, ao afirmar que "toda época recente é decadente". Segundo enunciou Gramsci, nos Cadernos 10, parágrafo 48:

> Se se concebe *o homem como conjunto das relações sociais*, entretanto, revela-se que toda comparação no tempo entre homens é impossível, já que se trata de coisas diversas, se não mesmo heterogêneas. Por outro lado, dado que *o homem também é o conjunto de suas condições de vida*, pode-se medir qualitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a medida em que o homem domina a natureza e o acaso. *A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa, isto tem importância na avaliação daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer "liberdade". A medida das liberdades entra no conceito de homem*. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância (2002, p. 89).

Nessa perspectiva analítica, nosso autor evoca, relacionalmente, a abertura ao *"devir"*, *a possibilidade enquanto "liberdade"* humana na criação de *outros modos de viver/ de outra concepção de mundo* e no assumir a direção de sua *vontade concreta* (individual-coletiva), de querer *participar ativamente – de maneira consciente e crítica – na produção da história do mundo,* no campo da *política*, da grande política em termos gramscianos. Portanto, conhecer e saber como mobilizar as forças existentes de possibilidades /liberdade – condições objetivas e subjetivas – tornou-se fundante para gerar transformações, conforme nos alertou:

> *Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário "conhece-las" e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem, nesse sentido, é vontade concreta.* [...] O homem deve ser concebido como *um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. [...] a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é 'individual', mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano.* Por isso, é possível dizer que *o homem é essencialmente 'político', já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua 'humanidade', a sua 'natureza humana'* (GRAMSCI, 2004, p. 237).

Alicerçadas nessa perspectiva crítico-analítica, situada no tempo e no espaço, interessa-nos discutir a inovação teórico-metodológica e ético-política inscrita na *Teoria Ampliada do Estado em Gramsci* – matrizada na *unidade-distinção entre Sociedade Civil e Sociedade Política* – a considerar a sua peculiar interpretação do real em sintonia com as estratégias revolucionárias possíveis. Em sua "teoria da revolução", observamos o deslocamento da *"guerra de movimento"* em direção à *guerra de posição"*, proposta pelo autor diante das metamorfoses de sua época, para fins de construção e/ou *transição processual para o socialismo*, a considerar os condicionamentos históricos de seu conhecimento em elaboração e fazendo recurso à noção de democracia radical. Essa radicalização da democracia consistia em possibilidade a ser construída pelas classes subalternas em seu processo de (auto)produção enquanto sujeitos histórico-políticos e/ou autodeterminação das massas capazes de produzir uma sociedade (auto)regulada. E, desta feita, tornaria desnecessário e superável o Estado.

O caráter inovador da produção de Gramsci (2002, p. 6) não se encontra limitada, portanto, à sua *interpretação da sociedade civil "(...) no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado (...)"* (Cadernos Miscelâneos 6, parágrafo 24). Decerto, trata-se de categoria central e demarcatória do *lugar da construção do consenso ativo e/ou da hegemonia pela via de aparelhos "privados", que a constroem e encarnam*. Privados, todavia com dimensão pública porque integrantes das relações de poder da sociedade capitalista em tela, conforme salientou o autor. No entanto, é no *conceito de Estado Ampliado (ou Estado Integral)* que suas reflexões político-filosóficas ganham substancialidade ao explicitar essa *unidade-distinção/ relação dialética indissociável delineada entre a Sociedade Civil* e *a Sociedade Política*. Esta última concebida enquanto *Estado estrito, coerção estatal ou ditadura materializada por meio dos aparelhos coercitivos/legislativos estatais.* Trata-se de uma unidade orgânica/prática, cuja distinção é somente aceita, pelo autor, em termos metodológicos.

Nesta interpretação, Sociedade Civil e Sociedade Política (Estado Ampliado) constituem as *duas esferas da superestrutura* da sociedade capitalista moderna. Em sentido correlato, Gramsci resguarda e reafirma *o caráter de classe do Estado e a raiz de suas contradições/antagonismos intrínsecos/orgânicos ao modo de produção e*

reprodução das relações sociais capitalistas em sua totalidade, conforme já explicitado nas produções de Marx, Engels e Lênin, na teoria marxista "clássica de Estado". Nessa versão clássica, o Estado fora apreendido em sua face repressora direcionada à garantia de sua dominação de classe (no caso, burguesa), fundada no predomínio da Sociedade Política, portanto, fazendo recurso/uso dos aparelhos repressores/jurídicos estatais.

De fato, embora estejamos enfatizando a análise acerca destas *esferas relacionais da superestrutura*, relembramos que a perspectiva dialética de Gramsci reconhece e considera, em suas análises, a estrutura econômica do modo de produção capitalista nas renovadas relações que se estabelecem entre *Economia e Política* protagonizadas pelo Estado em sua versão ampliada. Conforme atesta seu intérprete Liguori (2003: p. 178; grifo nosso):

> Gramsci (...) vale-se de um *sistema triádico, formado por economia – sociedade civil – Estado*. (...) No caderno 10, Gramsci volta a expressar o mesmo conceito: *'Entre a estrutura econômica e o Estado, com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil* [...]; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica (CC, 1, 324)'. Portanto, *a economia é a 'estrutura', ao passo que a sociedade civil e o Estado fazem parte da 'superestrutura'*. Como vimos, Gramsci fala em 'dois grandes 'planos superestruturais', precisamente a 'sociedade civil' e a 'sociedade política ou Estado'. Podemos assim dizer que Gramsci é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade e as articulações internas. Mas nem por isso perde de vista *o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura*.

Gramsci identificou, em seu contexto histórico-geográfico, um fenômeno novo na produção/manutenção da *supremacia de um grupo ou classe social (e seus aliados) que, mesmo antes e para além de tornar-se dominante – ou seja, de* exercer a função de domínio ao conquistar a Sociedade Política (dominar via aparatos coercitivos do Estado) – *precisa fazer-se e manter-se dirigente* – construir e manter a direção intelectual e moral forjada na esfera específica da Sociedade Civil – *através dos aparelhos "privados" de hegemonia e/ou de consenso ativo/voluntário.*

Merece destaque a dimensão de *autonomia relativa da sociedade civil* identificada, por Gramsci, como *característica das sociedades "ocidentais"* – especificamente aquelas situadas em seu tempo histórico de desenvolvimento do capitalismo democrático e reconhecidas como sociedades avançadas, as europeias em especial, os países capitalistas/colonizadores/modernos, em expansão e

intensificação ao final do século XIX. Período marcado ainda por processos de *socialização da política e de organização/participação social das massas,* com amplo protagonismo político das classes e grupos sociais, constituídos por novos sujeitos coletivos, com destaque aos sindicatos/*Trades Union*, partidos de massa, associações culturais/civis, e mesmo a conquista do sufrágio universal. Nestas sociedades ditas *"ocidentais"*, a sociedade civil avançou em termos de *autonomia funcional e material*, com suas leis e funções – estrutura e legalidades específicas – em relação às esferas da Economia e da Sociedade Política. Gramsci as diferenciava das *sociedades "orientais"*, caracterizadas por sociedades civis fragmentadas e gelatinosas, submetidas aos ditames das suas sociedades políticas.

Salientamos a observação de Coutinho (1981) sobre *a ambiguidade* identificada, nos primeiros escritos gramscianos, quanto à identificação desta autonomia (relativa) da sociedade civil em sociedades ditas "pré-capitalistas", ao menos em termos de instituições homólogas às funções posteriormente assumidas por esta esfera específica, a exemplo da função da Igreja durante o feudalismo. Embora reconheça a presença das relações entre Sociedade Civil e Sociedade Política em qualquer forma de Estado – a depender das correlações de forças entre classes sociais e de socialização da política – este autor enfatiza que Gramsci, em seus escritos de maturidade, delimita historicamente esta autonomia da sociedade civil em perspectiva moderna peculiar às sociedades capitalistas avançadas, específicas dos séculos XIX e XX.

Desta feita, é a *função de hegemonia nos moldes gramscianos – construção do consenso ativo e da direção político-ideológica construída por determinada classe social em alianças políticas* – que demarca esta moderna Sociedade Civil, tornada a "(...) mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido restrito" (SEMERARO, 1994: p. 55). Portanto, a sociedade civil torna-se, nesta análise, palco significativo da *"batalha político-cultural/ ideológica"* para garantir a hegemonia da classe que se pretenda a assumir *supremacia* em determinada sociedade, a construir um (novo) Bloco Histórico capaz de alcançar tal objetivo. As disputas/ lutas político-culturais nesta esfera são travadas entre as classes sociais fundamentais – capitalistas *versus* trabalhadores (as) – e seus respectivos grupos aliados.

Foi preocupação fundamental de Gramsci pensar as possibilidades (liberdades – vontade coletiva) das classes/grupos subalternos participarem qualitativamente destas lutas/disputas político-culturais na construção de uma *(outra) hegemonia alternativa* tecida por dentro e a partir da sociedade civil, na perspectiva de conquistar espaços e *dar a direção intelectual e moral*, demarcar consenso ativo em torno da perspectiva de *outra/nova cultura* enquanto concepção de mundo/modo de vida (pensar, sentir e de agir/ as práticas sociais). O que implica a conquista de capacidade teórica e cultural (individual-coletiva) de disseminar *outra cultura*, a saber:

> Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral (...) significa indubitavelmente uma ***coerente, unitária e nacionalmente difundida 'concepção da vida e do homem', uma 'religião laica', uma filosofia que tenha se transformado, precisamente em 'cultura'****, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual* (GRAMSCI, 1978: p. 95-96; grifo nosso).

Ao reportar-se aos "problemas culturais" da Itália de seu tempo, em Literatura e Vida Nacional, Gramsci assim enuncia *o lugar da filosofia da práxis neste processo de luta por uma nova cultura* (1978: p. 360; grifo nosso):

> (...) o tipo de crítica literária própria da *filosofia da práxis* (...) deve fundar a *luta por uma nova cultura, isto é, por um novo humanismo****, a crítica do costume, dos sentimentos e das concepções de mundo, com a crítica estética*** ou puramente artística no fervor apaixonado, mesmo sob a forma do sarcasmo. (...) Que se deva falar, para ser exato, *de luta por uma "nova cultura"* (...) ***Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não deve deixar de estar intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade.***

A *concepção de política-hegemonia*, portanto, é *ação política-prática* de construção e movimento constante na esfera da sociedade civil, a exigir que a classe e/ou grupo social que se pretende a assumir a *supremacia* – com seus afins ou aliados – deverá estabelecer sua *direção intelectual e moral* antes, durante e mesmo após a conquista do Estado em sentido restrito (a sociedade política e a conquista do poder governamental). E, ao fazê-lo deve reconfigurar o Estado para assumir dimensão político-educativa capaz de fortalecer a *nova hegemonia compreendida em sentido democrático e socializador do poder*, na perspectiva de *construir outros modos de fazer política*, fortalecer a autonomia/liberdades das "massas" e possibilitar a

passagem/transição para uma sociedade auto/regulada. E, em consonância com a interpretação gramsciana, acrescentamos:

> É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 2004: p. 1004).

Eis o lugar de desafio e produção dos nomeados "novos intelectuais", em seus vínculos orgânicos com grupos e classes sociais aos quais se identificam ou destes emergiram (concepção de mundo compartilhada) na versão apresentada por Gramsci, a atuarem, sobretudo, na construção e lutas pela hegemonia. Trata-se de estabelecer relação entre a filosofia e o senso comum pela via da política no sentido de:

> [...] elaborar uma filosofia que – tendo já uma difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, ***a exigência do contato cultural com os 'simples'*** (GRAMSCI, 2004: p. 101).

O pensamento gramsciano nos inspira, dessa feita, a interpretar criticamente dinâmicas e disputas político-culturais empreendidas, no âmbito da sociedade civil, pelos (as) diferenciados sujeitos (as) coletivos (as) vinculadas às classes capitalistas e subalternas. Decifrar suas concepções, seus modos de vida, processos de lutas pela hegemonia e projetos político-culturais em disputa nas particularidades do capitalismo periférico-dependente brasileiro exige problematizarmos as reconfigurações e ressemantizações híbridas da nossa sociedade civil, apreendidas nos marcos da *confluência perversa* entre três matrizes político-culturais (DAGNINO, 2004; TELLES, 1999) entrelaçadas na vida brasileira das últimas quatro décadas.

3. **A GUISA DE CONCLUSÃO:** problematizando as matrizes político-culturais das (re)configurações híbridas na sociedade civil brasileira

Em sua inserção periférica-dependente no sistema mundo do capitalismo/colonialismo-moderno/patriarcal (MALDONATO-TORRES, 2008), o Brasil contemporâneo, com ênfase nas últimas quatro décadas, tem vivenciado

transformações multidimensionais profundas. Em termos da sociedade civil brasileira – categoria relacional e lugar de hegemonia – consideramos fundamental demarcar algumas das principais metamorfoses e ressemantizações suscitadas na confluência perversa entre três matrizes político-culturais, nos termos delineados por Dagnino (2004), quais sejam: democrático-participativa; "ajuste estrutural"; e o solo histórico da matriz hierárquico-autoritária-conservadora.

A matriz político-cultural "democrático-participativa" ou da "democratização inconclusa", nos termos de (DAGNINO, 2004; TELLES, 1999) foi produzida nos processos de lutas sociopolíticas, contra a ditadura militar (1964-1985) e a favor da redemocratização do país. Protagonizada nos anos 1970 e 1980 por forças sociais organizadas da sociedade civil, enfatizamos os partidos de esquerda (na clandestinidade), o novo sindicalismo e os novos movimentos sociais, a delinear o adensamento de uma peculiar "cidadania ativa" (TELLES, 1999) encarnada por múltiplos (as) sujeitos (as) que adentraram a esfera pública e o campo da política. Destacamos os movimentos indígenas, de mulheres, de "homossexuais" – nomenclatura da época – a população negra, ambientalistas, associações de bairros, lutas pela moradia/direito à cidade, dentre outros. Momento delineado por uma passagem da figura desqualificada do dito "pobre incivil" para a construção do "cidadão ativo" (TELLES, 1999) consubstanciado em práticas e discursos destes outros sujeitos coletivos, a instaurar um tempo de *socialização da política e de politização da sociedade* neste país.

Os resultados institucionais deste período foram, em especial, o processo de transição tutelada da ditadura militar para a "democracia" à brasileira, a Constituição Federal de 1988 e a instauração do nosso dito Estado democrático de direito, com canais institucionais viabilizadores de uma suposta participação da sociedade civil brasileira no controle das políticas públicas sociais instauradas com a chamada "Constituição Cidadã (1988)". Apesar de reconhecido de intitulado como "Década Perdida" da economia brasileira, os anos 1980 foram fundamentais à reorganização política brasileira. Do ponto de vista da sociedade civil, houve uma rearticulação das forças sociopolíticas, no esforço da redemocratização com implicações diretas nas suas formas organizativas, de inserção e ampliação do espaço público, bem como de configuração de outras maneiras de significar e fazer política para além dos limites de

sindicatos e partidos políticos. Os sentidos da solidariedade, da sociedade civil e da cidadania ativa assumiam contornos politizados, coletivizados e com *telos* de transformação do instituído – em termos de classes e grupos subalternos – nos discursos e práticas destes múltiplos sujeitos/as/es sociais;

Os avanços em processo da "democratização inconclusa" chocaram-se com a matriz político-cultural do "Ajuste Estrutural" que, a partir destes anos 1990, instaurou um governo explicitamente neoliberal, a dar início aos processos de contrarreformas brasileiras nos moldes (im)postos, pelo chamado Consenso de Washington, aos países latino-americanos. Dentre estes, o Brasil assumiu protagonismo na estruturação de um "Estado Ajustador" responsável por implementar as demandas neoliberais. As instituições organizativas "de esquerda" e combativas de uma ampla parcela da sociedade civil brasileira continuou seus processos de mobilização e combate contra o projeto neoliberal à brasileira. Em meio às denúncias de corrupção e posterior impeachment do ex-presidente Collor de Melo, em contexto de crise econômica e adensamento da pobreza e das desigualdades sociais, delineou-se um dos maiores movimentos nacionais, de ampla capilaridade territorial fundada nos discursos e práticas de solidariedade e cidadania (ativa), a mobilizar diferentes segmentos organizados da nossa sociedade civil. A Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com centenas de Comitês de Cidadania espalhados por todo o país, estabelecia três fundantes eixos de luta: contra a fome; pela reforma agrária; e pela geração de trabalho e renda.

Destacamos, aqui, a participação política de segmentos organizados da sociedade civil alicerçada em discursos e práticas de solidariedade alinhada à cidadania ativa plena de conteúdo politizador dos fenômenos da fome-pobreza-desigualdades, portanto, a reivindicar mudanças estruturais não implementadas neste país. Esta força da sociedade civil foi capitulada pelo governo seguinte – relativo aos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – que implementou medidas de ajuste estrutural em sintonia com o projeto neoliberalizante em expansão mundializada.

As mudanças em termos econômico-políticos instituídas pelo novo governo foram seguidas de propostas no campo político cultural, a apontar, junto com o desmonte da recente e parca Proteção Social, o recurso ao voluntariado

indiscriminado mediante a implementação do Programa Voluntários e do Programa Ação Solidária. Da relação Solidariedade-Cidadania Ativa das duas décadas anteriores, passamos à relação Solidariedade-Voluntariado e despolitização da Sociedade Civil, a fortalecer traços sociohistóricos de nossa terceira matriz constitutiva: a matriz hierárquico-conservadora-autoritária. Nestes processos, a significação de sociedade civil também sofreu alterações, sendo ressemantizada como sinônimo de Terceiro Setor, sob o emblema do voluntariado *transclassista* – de viés individualizado, grupal interclassista/transclassista e a recorrência à responsabilidade social empresarial sintomática de uma ênfase na refilantropização e assistencialismo no trato do social ou melhor, das múltiplas expressões da questão social. Discursos e práticas proferidos pelo Estado e assumidos por parcela da sociedade civil.

A última matriz político-cultural a destacar consiste na hierárquico-conservadora-autoritária, nas particularidades que estruturam a formação sociohistórica brasileira fundada na escravidão em seus desdobramentos no racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), no patriarcado e em constituição peculiar de nossas classes sociais. Traços históricos político-culturais presentes em nossas práticas e discursos com relação ao social/ à questão social, inscritos em nos modos de vida cotidianamente replicados neste século XXI.

Compreender, portanto a sociedade civil brasileira neste século XXI parece implicar uma problematização e interpretação crítica dos encontros-desencontros e hibridações em curso das significações-ressignificações/discursos projetados sobre a sociedade civil e/ou proferidos por distintos segmentos da sociedade civil. Decifrar práticas discursivas e não discursivas instituídas por dentro das diversidades da sociedade civil e da sociedade política, nas configurações híbridas de nosso “Estado Integral” à brasileira. Desafio que pretendemos aprofundar em pesquisas posteriores, a incluir o exame crítico do saldo governos progressistas do PT, em termos de mediações postas ao fortalecimento de segmentos organizados das classes subalternas, porque parte destes impõe-se nas resistências crítico-políticas ao atual (des)governo Bolsonarista. Assim, urge este olhar coletivo para outras expressões de resistências que ressignificam e reformular os fazeres da política, bem como podem ser considerados no campo dos ditos “novíssimos movimentos sociais”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 53, 2018.

BEZERRA, Leila M. Passos de S. Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

_____. VOLUNTARIADO, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA: significações híbridas no Brasil contemporâneo. Fortaleza: EDUECE, 2013.

CARVALHO, Alba M. P. de. BOLSONARISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO NO BRASIL DO PRESENTE: uma composição de risco, um desafio à luta política. Fortaleza - CE, 2020.

CHAVES, Luís de Gonzaga. Minorias e seu estudo no Brasil. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____ . Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos. N; NOGUEIRA, Marco A. (Orgs.). Gramsci e a América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____. Cultura, Cidadania e Democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs.). Cultura e Política nos movimentos latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2002.

_____ . Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia; A filosofia de Bendetto Croce. Caderno 11. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2004.

_____ . Problemas Culturais. In: Obras Escolhidas. Trad. Manuel Cruz; revisão Rei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, Georg. Histórica e Consciência de Classe: História sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MALDONATO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial1 Decolonization and the Decolonial Turn A descolonização e o giro des-colonial. Tabula Rasa, Bogotá/Colômbia, nº. 9, julio-deciembre 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 3ª. edição. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TELLES, Vera Direitos Sociais. Afinal, do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.